



# TESE DA CHAPA “LULA LIVRE PARA MUDAR O BRASIL!”

1



**Caras companheiras e companheiros,** segue aqui a íntegra de nossa Tese "LULA LIVRE PARA MUDAR O BRASIL!" apresentada ao 7º Congresso Nacional do PT que excedeu bastante o tamanho estabelecido pelo Partido para as teses. Tivemos, na verdade, que fazer um drástico resumo para caber no tamanho oficial. No entanto, dada a importância e a qualidade de muitos textos e/ou trechos que não foi possível aproveitar na tese resumida, decidimos publicar aqui a versão integral para contribuir com o debate.

**Att. Comissão de Tese CNB**



## 1. ANÁLISE DE CONJUNTURA INTERNACIONAL: AMÉRICA LATINA E O MUNDO NO SÉCULO XXI

O ciclo expansivo do capitalismo desde o fim da segunda guerra mundial até meados da década de 1970 do século XX, conhecido pelos historiadores como os “Trinta Anos de Ouro do Capitalismo” nos países centrais e periféricos do sistema capitalista, bem como sua transição para outro modelo de acumulação, apresentou vários aspectos, muitos deles ainda marcantes.

Em primeiro lugar, a substituição do modelo fordista de produção pela formação das cadeias globais de produção, que além da expansão e fortalecimento das empresas multinacionais, do comércio e dos investimentos em nível internacional, provocou um impacto importante na organização sindical ao dividir a classe trabalhadora entre empregados formais, representados pelos sindicatos, e os trabalhadores informais, precários e subcontratados cada vez mais numerosos e sem representação de classe. Mais recentemente, estas cadeias começaram a incorporar novas tecnologias digitais, a chamada “Tecnologia 4.0”, que tendem a aprofundar a cisão entre os trabalhadores com relações de trabalho protegidas por lei ou contratos coletivos e os trabalhadores precarizados, o que requer uma nova organização sindical e política da classe trabalhadora que, no entanto, ainda se organiza de acordo com os parâmetros da segunda revolução industrial, com queda significativa da densidade sindical.

O novo modelo e sua expansão foi favorecido por uma mudança fundamental. Os partidos conservadores, defensores do liberalismo econômico, se desmoralizaram com a Crise de 1929, a ascensão do fascismo e do nazismo e as consequências da segunda guerra mundial. Quando particularmente a Europa se redemocratizou, eles perderam seu espaço eleitoral tradicional para os partidos social democratas, democratas cristãos e até para os partidos comunistas em vários países como França e Itália, onde estes foram reconhecidos como atores importantes da resistência contra a ocupação nazista. Mesmo Winston Churchill, do Partido Conservador inglês, e que liderou a Inglaterra na guerra contra a Alemanha, perdeu a eleição para os trabalhistas em 1945. Desta forma, o liberalismo foi embutido por uma série de normas que potencializaram o papel dos Estados na condução da economia e, particularmente, na implantação de “estados de bem-estar social”. No entanto, a crise deste modelo de expansão capitalista baseado numa ação mais presente do Estado na economia, nas relações de trabalho, de um Estado de bem estar social, favorece o surgimento do novo modelo, o neoliberal. As vitórias eleitorais de Reagan e Thatcher marcaram essa virada. Centralidade do mercado, retração do papel do Estado, privatizações, e desmonte das conquistas sociais eram as políticas do Reino Unido e dos EUA. A ascensão do neoliberalismo começou no início dos anos 80. A crise dos países do “socialismo real” e o fim da URSS abriu as portas de novos mercados para a acumulação capitalista. Leste europeu, Rússia, China e Sudeste asiático se incorporaram as cadeias globais de produção.

Este processo favorecido pela expansão global do comércio, investimentos e das corporações multinacionais foi acompanhado por mudanças na regulação do capital e dos serviços financeiros para favorecê-los de tal modo que hegemonizaram o capitalismo a ponto de, hoje, aproximadamente 800 megabancos e fundos de investimento controlarem 80% das cadeias produtivas globais, metade delas pelas cem maiores instituições financeiras. A contradição desta hegemonia foi que a liberalização desenfreada da especulação financeira provocou a maior crise econômica desde a

depressão mundial dos anos 1930, a partir da crise do subprime nos Estados Unidos em 2008 que em seguida contaminou o resto do mundo.

Esta crise não foi totalmente superada e a previsão das instituições financeiras internacionais FMI e Banco Mundial aponta para queda no crescimento do PIB mundial em 2019 e a possibilidade de início de nova recessão que o mundo estaria menos preparado para enfrentar do que a crise iniciada em 2008. Os três anos seguidos de crescimento do PIB dos EUA de 2,9% deverão se reduzir em 2019 para 2,5%, enquanto a média da União Europeia será de 1,7%. A atividade industrial estadunidense caiu desde novembro de 2018, assim como caiu 1,9% na Alemanha, 1,3% na França, além de reduções também na Inglaterra e Itália. Este cenário deve ser considerado na análise da conjuntura brasileira e seus possíveis desdobramentos diante da recessão que perdura há vários anos e que tende a continuar.

3

Uma das constatações de vários economistas é que a austeridade fiscal não fortaleceu a confiança dos investidores e o corte dos impostos dos mais ricos também não, além de ampliar a brecha entre ricos e pobres. Os dados da UNCTAD apontam para queda no investimento externo direto (IED) em 2017 e pouca recuperação em 2018. O IED recebido pelos países desenvolvidos no ano passado de US\$ 712 Bilhões representa uma queda de 37% e os US\$ 42 Bilhões da África representam uma queda de 21%. Na Ásia houve recuperação (US\$ 476 Bilhões) e na América Latina e Caribe também (US\$ 151 Bilhões), embora neste último o IED recebido ainda se situe abaixo do valor de 2011.

Embora a China tenha desacelerado seu crescimento econômico de índices médios de 12% do PIB anuais para em torno de 6,5%, foi um produto da mudança da estratégia de crescimento da economia, baseada agora no mercado interno, mais sustentável do que se apoiar nas exportações. A China hoje é uma fonte importante de investimentos externos diretos no mundo com prioridade para a Ásia e seu projeto da “Nova Rota da Seda”, sem descuidar de investimentos estratégicos para assegurar seu acesso às commodities agrícolas, minerais e energéticas. O Brasil é um exemplo da extensão desses investimentos no processamento de soja, nos meios de transporte e terminais portuários, além de setores de energia como petróleo e eletricidade. Não há dúvida que o capitalismo atual cresce em direção à Ásia.

Outro aspecto importante foi a crise do mundo unipolar sob a hegemonia imperial americana, com o surgimento de um sistema multipolar, com a ascensão da China, Rússia e potências regionais que buscam ampliar seu espaço e influência política, inclusive nas organizações internacionais tradicionais e por meio de novas instituições como o Novo Banco de Desenvolvimento e da formação de coalizões como os BRICS e outras.

O Brasil foi um ator importante desta busca durante os governos Lula e Dilma ao unir a política externa defendida pelo PT com a visão do setor soberanista do Itamaraty e assim contribuir decisivamente para fortalecer as relações Sul-Sul por intermédio da integração latino-americana que implicou no fortalecimento e ampliação do Mercosul,

bem como na criação da Unasul e CELAC, além de ajudar a viabilizar coalizões como o IBAS e as reuniões dos países da América do Sul com os países árabes e africanos. Ou ainda para promover questões temáticas como o G-20 comercial, o BASIC para tratar das negociações climáticas, o G-4 sobre a ampliação de membros permanentes no Conselho de Segurança da ONU e a transformação do G-20 econômico em cúpulas de chefes de Estado.

O governo brasileiro abandonou a maioria destas perspectivas após o golpe parlamentar em 2016 e com ênfase ainda maior agora com a política externa do governo Bolsonaro e sua insistência em subordinar-se aos interesses do governo Trump dos Estados Unidos, fazer concessões sem reciprocidade e aderir à agenda ultraconservadora nos eventos internacionais em temas relacionados a direitos humanos e meio ambiente. Sua política externa é absolutamente esquizofrênica ao apoiar-se numa retórica nacionalista contra os acordos, tratados e obrigações internacionais firmados pelo Brasil, muitos deles há muito tempo atrás, ao mesmo tempo em que violenta a soberania do Brasil ao escancarar a economia, submeter-se a desígnios de relações bilaterais assimétricas com os países centrais e entregar de bandeja nossas riquezas e perspectivas de desenvolvimento como é o caso do acordo firmado pelo Mercosul com a União Europeia, uma Alca com outra geografia, ao que tudo indica com o mesmo conteúdo das negociações que conseguimos rechaçar em 2003.

A gestão da política externa brasileira, inclusive na sua condução administrativa interna, tem sido desastrosa e o elevado conceito que nossa diplomacia detinha perante o mundo está sendo jogada por terra. Além do despreparo e desprestígio do novo chanceler, constantemente mencionado na literatura especializada, o último gesto nesse sentido foi a hipótese de um dos filhos de Bolsonaro ser nomeado embaixador nos Estados Unidos, uma vez que teria as necessárias qualificações por falar um inglês macarrônico e já ter fritado hambúrgueres neste país. Se este nepotismo for confirmado, representará mais um escárnio à política externa brasileira e um desrespeito à própria população dos Estados Unidos.

O quadro internacional de profundas transformações se completou com a crise da democracia liberal. Embora desde a década de 1970 e depois do fim dos regimes do “socialismo real” tenha havido uma expansão do número de países que adotaram democracias formais, assistimos desde o final do século XX a uma regressão na qualidade da democracia em função da ascensão da extrema direita que hoje chegou ao poder pela via eleitoral em vários países como os EUA, Itália, Polônia, Hungria, Colômbia, Honduras e Brasil. Do conjunto de países do Norte da África e do Oriente Médio que buscaram transformações políticas por meio de mobilizações populares durante a chamada “Primavera Árabe”, somente a experiência tunisiana sobreviveu a duras penas. Na maioria dos outros países as iniciativas terminaram em violência e caos como na Líbia, Síria e Iêmen ou enfrentaram golpes militares como no Egito, Bahrein e mais recentemente no Sudão, para restaurar o status quo.

Embora as guerras abertas para mudar regimes como ocorreram no Afeganistão e Iraque, respectivamente, em 2001 e 2003 e os tradicionais golpes militares como ocorreu em Honduras em 2008 para favorecer a ascensão de governos ao gosto do

imperialismo não tenham desaparecido por completo, a tática para promover mudanças de regime (regime change) atualmente é a chamada “guerra híbrida”. Esta combina ataques diretos a um governo para depô-lo com o uso de forças armadas por meio de “corredores humanitários” como os EUA, Inglaterra, França e Itália fizeram na Líbia, o financiamento de mercenários como fizeram na Síria e/ou a aplicação de sanções econômicas e políticas como os EUA estão fazendo atualmente contra a Venezuela e Irã com ataques indiretos quando apenas a primeira opção não é politicamente conveniente. Algumas “revoluções coloridas” como as mobilizações da Praça Maidan na Ucrânia foram utilizadas para substituir o governo, neste caso um que era “pró-russo” por outro “pró-ocidente” a partir de denúncias contra o presidente em exercício que produziram o movimento e levaram à sua destituição pelo Parlamento. Ou, como nos casos paraguaio e brasileiro, nos quais a insatisfação em determinado momento com o desempenho dos governos foi inflada e agravada pela sabotagem econômica e manipulada pela mídia, por setores do judiciário e organizações de direita, financiadas inclusive por empresas estrangeiras, e utilizada pelos respectivos parlamentos e poderes judiciários para derrubar de modo completamente ilegal governantes legitimamente eleitos.

No caso brasileiro, a “guerra híbrida” cumpriu várias fases desde as mobilizações de 2013, o não reconhecimento pela direita do resultado eleitoral de 2014, as ações e “pautas-bomba” no Congresso Nacional, a campanha midiática e as mobilizações contra o governo Dilma, seu impeachment, as condenações e a prisão do ex-Presidente Lula para impedi-lo de disputar a eleição presidencial em 2018 e até as manobras eleitorais que favoreceram a eleição de Jair Bolsonaro. A ação direta, neste caso, foi o papel cumprido, e ainda não totalmente esclarecido, pelo Departamento de Justiça dos EUA, que subsidiou a “Operação Lava Jato” com informações e apoio à Força Tarefa de Curitiba, além da clara intenção de financiá-la ilegalmente por meio de um absurdo “acordo judicial” imposto à Petrobrás, obrigando inclusive a empresa a repassar ao governo dos EUA suas informações estratégicas reservadas, assim como a outras empresas brasileiras.

No seu conjunto, esses fenômenos, todos de caráter regressivo, geraram um novo período histórico, com uma correlação desfavorável para as classes trabalhadoras dentro de cada país, particularmente para os países do Sul do mundo e a América Latina, em que a onda direitista chegou com força como se pode observar agora no Brasil, onde o governo Bolsonaro com apoio de grupos de extrema direita implementa não apenas uma política econômica neoliberal, mas social e política, com rasgos autoritários e extremamente reacionário nos costumes, cultura e em relação aos direitos dos grupos mais vulneráveis da sociedade. A América Latina, que havia tido seu mais longo ciclo de crescimento desde 1930, como reação à crise de 1929, foi a principal vítima dessas transformações. Em primeiro lugar, pela crise da dívida, no final dos anos 1970 e começo dos anos 1980, que encerrou o ciclo de desenvolvimento e jogou nossas economias no endividamento e pagamento de altas taxas de juros e serviços com condições e controles administrados pelo FMI. Além disso, estávamos saindo das ditaduras militares nos principais países da América do Sul e quase todos os da América Central que golpearam duramente, não apenas a democracia, mas também o movimento popular. Quando o continente se redemocratizou, a América Latina tornou-se uma região onde a maioria de seus países

implementou governos neoliberais com graus elevados de radicalismo como na Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e Peru, mas foi também o continente que gerou vários governos anti-neoliberais na medida em que os setores majoritários de suas populações se deram conta de que as promessas de progresso e bem estar feitas pelos ajustes neoliberais não se concretizaram a exemplo das graves crises e instabilidades econômicas na Argentina, Brasil e Venezuela, a estagnação uruguaia, a pobreza e as convulsões políticas na Bolívia e Equador, entre outros fatores que colocaram a popularidade de seus governantes na berlinda. Por exemplo, FHC manteve a paridade 1 Real = 1 Dólar até ser reeleito em 2008 para, nos dias seguintes, decretar a maxidesvalorização do real (1 real =4 dólares) e assinar um draconiano acordo de empréstimo com o FMI.

Estes governos progressistas que, na contramão dos rumos do capitalismo mundial, substituíram os governos neoliberais promovendo o crescimento econômico com distribuição de renda, reduziram as desigualdades sociais, resgataram o papel ativo do Estado para induzir a expansão da economia e ampliar os direitos sociais da população, bem como para promover os processos de integração regional e o intercâmbio Sul-Sul. Eles também afirmaram seus líderes como os mais importantes da esquerda mundial no século XXI, a exemplo de Hugo Chavez, Lula, Nestor e Cristina Kirchner, Pepe Mujica, Evo Morales e Rafael Correa. Que se elegeram, se reelegeram e elegeram sucessores, numa sucessão de governos simultâneos mais importantes da história do continente.

No entanto, a persistência da crise econômica mundial de 2008 provocou uma queda abrupta nos preços das commodities, com reflexos imediatos no crescimento das economias da América Latina. Uma forte contraofensiva da direita, baseada na guerra híbrida, aproveitou a desaceleração econômica para desestabilizar vários desses governos. Alguns foram substituídos por governos neoliberais – como na Argentina, no Brasil no Equador e El Salvador, outros vivem profunda crise como a Venezuela, que sofre ameaça de invasão imperialista, ou enfrentarão eleições muito disputadas com a direita este ano como na Bolívia e no Uruguai. O certo é que o cenário político da região com expressiva presença de governos progressistas e anti - neoliberais, mudou radicalmente nos últimos quatro anos.

Os novos governos têm aplicado o fracassado modelo neoliberal dos anos 1990 com mais radicalismo nas privatizações, austeridade fiscal e favorecimentos ao capital, porém sem políticas sociais compensatórias e com dificuldades para conquistar bases sociais sólidas de apoio que lhes deem estabilidade. A queda rápida e vertical da popularidade de Macri é um bom exemplo, ocorreu também com os governos Temer, Lenin Moreno, Piñera, e, até o momento, de acordo com as pesquisas de opinião, com o governo Bolsonaro. Porém, ao mesmo tempo, como parte da guerra híbrida, assim como fez no Brasil, a direita tende a blindar-se autoritariamente nos governos, buscando impedir o retorno democrático da esquerda. As eleições de outubro na Argentina, Bolívia e Uruguai serão uma prova da capacidade da direita para se manter no governo no caso argentino ou para seguir desalojando a esquerda do governo no caso boliviano e uruguaio.

É um processo aberto, inclusive no Brasil. Não está definido que a direita, de volta ao governo, consiga manter-se, e a Argentina pode ser a prova disso. Nem que a esquerda consiga retornar ao governo. É uma disputa aberta onde o Brasil é um caso estratégico, pelo peso que tem o país e que tem uma esquerda relevante, além da liderança de Lula.

No plano mundial, as turbulências também tendem a se prolongar. A política isolacionista de Trump é de desconstrução das instituições de Bretton Woods, de esvaziamento da OTAN, e de utilização da ameaça da retaliação comercial contra todos, inclusive dos aliados, e no caso da China iniciando uma guerra comercial, quase uma guerra fria. E mesmo com a derrota nas eleições parlamentares de meio de mandato, o relativo aumento do emprego nos EUA, apesar da manutenção da desigualdade, pode viabilizar a reeleição de Donald Trump. Nesse cenário, não só a democracia nos EUA vai estar ameaçada, como fortalecerá o crescimento da ultra-direita mundo a fora. A reação contra essa política virá da própria China, de boa parte dos países da Europa, mas também da oposição e dos movimentos sociais americanos. O PT e seus aliados da América Latina tem um papel decisivo não só na defesa das conquistas democráticas e sociais das últimas décadas, mas também na construção de alternativas democrático-populares.

O período histórico atual é caracterizado por uma disputa de hegemonia, porque o modelo adotado pelo capitalismo neoliberal, embora ainda mais radical do que no período anterior e apesar da crise da democracia liberal, não tem poder democrático suficiente e precisa assim buscar mecanismos cada vez mais autoritários para implementar seu projeto. As forças anti-neoliberais ou não encontram formas de disputar essa hegemonia – o que acontece em quase toda a Europa, embora com uma exceção importante em Portugal onde uma aliança de governabilidade à esquerda contraria a austeridade com sucesso, e em parte significativa da América Latina – ou encontra dificuldades para resistir a essa ofensiva e recompor sua capacidade de se reafirmar como alternativa.. A América Latina e, em especial, os países que já tiveram ou ainda tem governos anti-neoliberais, todavia, tem condições de se situar como epicentro dessa disputa hegemônica em escala mundial, pelo aprendizado dos anos de governos progressistas, o extraordinário legado de crescimento econômico e inclusão social e as lutas de resistência em curso.

A ofensiva do imperialismo norte americano e das forças de extrema direita em nível internacional exige a mais ampla unidade da esquerda e das forças progressistas e democráticas em defesa de uma ordem internacional multipolar, comprometida com a soberania e a autodeterminação dos povos, com a superação das desigualdades, da pobreza e da fome, com a promoção dos direitos humanos, com o desenvolvimento ambientalmente sustentável e a paz entre as nações.

Essa nova ordem supõe a reforma do sistema internacional e o fortalecimento de órgãos multilaterais como os BRICS, entre outros. Neste sentido, devemos aprofundar as relações partidárias do PT com todas as forças político-partidárias no mundo que se opõem ao ideário neo-liberal e da extrema direita. A integração econômica, social e cultural da América Latina e do Caribe se mostra ainda mais necessária em face da

ofensiva de governos reacionários e ultraneoliberais como os do Brasil, Argentina e Chile. Trata-se de defender as instituições regionais como CELAC, UNASUL, MERCOSUL e PARLASUL e a articulação e integração entre os países nos marcos da soberania de cada um, visando alcançar o desenvolvimento econômico compartilhado e a justiça social, assim como o progresso científico, tecnológico e cultural de todos.

É também imprescindível a luta em defesa da democracia e do Estado de Direito; da manutenção e ampliação dos direitos civis, políticos e sociais; da democratização dos meios de comunicação; das prerrogativas dos povos originários e de políticas ambientais que contribuam para a preservação da vida e para uma relação harmoniosa entre a espécie humana e a natureza. Sem falar na luta contra a utilização do poder judiciário e do aparato policial para perseguir adversários políticos. Nesse sentido, o fortalecimento do FORO DE SÃO PAULO, como um dos principais instrumentos de articulação dos partidos de esquerda e progressistas latino-americanos é estratégico para nossa atuação no próprio continente.

## **2. CONJUNTURA NACIONAL E ESTRATÉGIA: RESISTIR AO AUTORITARISMO NEOLIBERAL E CONSTRUIR A ALTERNATIVA DEMOCRÁTICA E POPULAR**

Os primeiros seis meses do governo Bolsonaro só confirmaram, infelizmente, os piores temores da sociedade brasileira. O projeto da extrema direita – abertamente antidemocrático, antinacional e antipopular — mesmo enfrentando forte resistência do PT e dos partidos progressistas, dos movimentos sociais e de outros setores democráticos, já causou enormes prejuízos ao Brasil e às condições de vida do nosso povo. Dentro e fora do país, seus efeitos são desastrosos.

Internamente, a maioria da população sofre cada vez mais as consequências da prolongada paralisia econômica e da absoluta omissão do governo frente a ela. Soma-se a isso o irresponsável desmonte das políticas sociais, que sacrifica milhões de pobres, mas atinge igualmente os trabalhadores e as classes médias assalariadas, que também necessitam dos serviços públicos. Esse quadro é agravado por uma reforma da previdência elitista e excludente, que confisca direitos básicos do povo trabalhador e penaliza o andar de baixo da sociedade para beneficiar o capital financeiro e outros setores privilegiados. O governo, no entanto, prefere virar as costas aos problemas reais do país, mesmo que estejam causando grande sofrimento popular, para apostar em uma verdadeira guerra ideológica e pretensamente moral, criando um clima artificial de intolerância e violência contra todos os que se mobilizam em defesa da legalidade democrática, dos direitos dos trabalhadores e dos pobres e do respeito à diversidade: negros, mulheres, comunidade LGBT, entre outros.

Externamente, desde o fim da ditadura militar o Brasil não tinha uma imagem tão negativa no mundo. Todo o prestígio acumulado pelo país, em especial no governo Lula, graças às formidáveis conquistas econômicas e sociais da população, e graças a uma política externa “altiva e ativa”, ao mesmo tempo independente e cooperativa, que tornou possíveis grandes avanços no cenário regional e global, a exemplo da criação da CELAC e dos BRICs — está sendo rapidamente jogado fora pelo governo Bolsonaro. O Brasil passou a adotar uma política externa (se é que merece esse nome) de alinhamento automático com os EUA, de total subserviência ao unilateralismo imperial e belicista do governo Trump, abrindo mão de sua soberania e de qualquer atuação autônoma no mundo. Passou, literalmente, a bater continência para os Estados Unidos



em todas as questões internacionais, inclusive quando as posições dos EUA prejudicam diretamente os interesses econômicos ou geopolíticos do Brasil. Em poucos meses, o país deixou de ser um admirado protagonista para tornar-se um coadjuvante agachado e fanfarrão, cujas posturas autoritárias e arrogantes só nos desmoralizam no concerto das nações: hostilizar gratuitamente os países árabes, provocar a China com bravatas ridículas, desprezar a unidade da América do Sul, fazer a apologia de ditaduras militares e governos fascistas, insultar a Organização Internacional do Trabalho (OIT-ONU), defender o trabalho infantil e o desmatamento da Amazônia, negar estupidamente as mudanças climáticas, atacar de modo grosseiro o Acordo de Paris e os ambientalistas de todo o mundo, entre tantas outras barbaridades cometidas por Bolsonaro e seu inacreditável Chanceler.

Na área econômica, o fracasso do governo Bolsonaro é evidente. As suas promessas demagógicas estão sendo todas desmentidas pelos fatos. O anunciado crescimento de 3% do PIB em 2019 não passou de mais uma fake news. O próprio Banco Central já reduziu a sua previsão para 0,8% e tudo indica que ela poderá ser menor ainda. O tão propalado investimento externo, que afluiria para o Brasil devido à “confiança” dos mercados no governo da extrema direita, até agora simplesmente não veio. O investimento interno, por sua vez, praticamente inexistente. Os analistas são unânimes em reconhecer que 2019 está perdido para a economia. E o que é pior: justamente o setor que poderia desbloquear essa situação – o Estado – e alavancar a economia, investindo em infraestrutura e em políticas sociais, está proibido de fazê-lo pelo obtuso ideologismo neoliberal, que só pensa em cortar, cortar, cortar e com isso impede o poder público de estimular a retomada da economia. O que estão fazendo com o Estado é justamente o contrário: é atrofiá-lo e sucateá-lo para favorecer ainda mais as elites dominantes e impedi-lo de cumprir novamente no futuro o seu papel de indutor do desenvolvimento.

O resultado desse fracasso econômico é o aprofundamento da crise social, com altíssimo nível de desemprego, queda na renda dos trabalhadores, crescimento assustador da miséria e a volta do flagelo da fome, que havia sido erradicada no país. A acentuada redução no consumo das famílias, fruto da absurda política contracionista, torna ainda mais difícil a reativação do mercado interno, que representa 80% da economia brasileira.

No que se refere às políticas públicas, há um idêntico descalabro. O caso mais clamoroso é sem dúvida o da educação, pois o corte de 30% no orçamento das universidades indignou o país e gerou imensas manifestações de protesto. Mas a saúde também foi duramente afetada: a drástica redução do programa “Mais Médicos”, por exemplo, fez com que mais de mil municípios brasileiros voltassem a viver sem um único médico. Quanto ao meio ambiente, para citar apenas mais um exemplo, os riscos que o país está correndo são tão graves que oito ex-ministros da área, de diferentes governos e partidos, divulgaram um manifesto denunciando o desmonte do sistema de proteção ambiental do país, construído ao longo de décadas, e condenaram “o afrouxamento do licenciamento ambiental travestido de eficiência de gestão” que o governo Bolsonaro está levando a cabo.

No terreno político, o descompromisso do governo com as instituições e os métodos democráticos não podia ser maior. Ele se choca com o Supremo Tribunal Federal, querendo evitar que o STF julgue a (in)constitucionalidade dos atos do executivo; com a imprensa independente, já tão hostilizada e perseguida, para que ela

não revele os malfeitos do governo; com as centrais sindicais, tentando impedir que elas defendam os legítimos direitos dos trabalhadores; com as universidades, para que elas não exerçam a sua autonomia constitucional e o direito de pensar e pesquisar livremente; com os conselhos de participação social para que a sociedade civil não opine sobre as políticas públicas nem as fiscalize; com os povos indígenas, porque defendem as suas vidas, os seus territórios e suas identidades; com as lideranças sociais da Amazônia, porque sustentam os direitos das populações tradicionais e não aceitam a exploração predatória dos recursos naturais; com os órgãos técnicos do próprio governo, querendo obrigá-los a mentir e a falsificar estatísticas sobre a fome no país e o desmatamento da Amazônia; com os artistas, pretendendo censurar o conteúdo de suas obras; e assim por diante, tratando de modo injurioso e truculento tudo que não se enquadra em sua visão preconceituosa e obscurantista do mundo.

Os episódios cada vez mais frequentes de invasão de sindicatos, prisão arbitrária de militantes sociais, de violência física contra ativistas de direitos humanos, de ameaças a jornalistas e pressão direta para que sejam demitidos, de ameaças a artistas, juristas e parlamentares democráticos, alguns dos quais tiveram que sair do país para sobreviver, demonstram que o Brasil está em uma assustadora marcha para o Estado Policial. A verdade é que os comportamentos abertamente fascistas estão se tornando a regra do governo Bolsonaro e dos grupos de extrema direita que o apoiam, pondo em risco o que ainda existe de Estado de Direito em nosso país.

O governo Bolsonaro trabalha de modo implacável para esvaziar e inviabilizar a continuidade das políticas sociais de Lula e Dilma que erradicaram a fome no país, geraram mais de 20 milhões de novos empregos e libertaram da miséria 40 milhões de brasileiras e brasileiros, mediante vasta distribuição de renda e inclusão social. Mas ele não se limita a “esquecer” ou “congelar” os programas exitosos de governos anteriores para implantar os seus, como é de praxe na pior tradição partidária brasileira. Usa de todos os recursos — inclusive ilegais — para tentar destruir o admirável legado social dos governos petistas, tentando até mesmo criminalizá-lo por meio das acusações mais infames e absurdas.

O projeto do governo Bolsonaro para o Brasil não é apenas conservador, de defesa do status quo e dos privilégios dos setores dominantes, o que já seria inadmissível em um país tão brutalmente desigual e injusto como o nosso. É muito pior do que isso. É um projeto de **retrocesso histórico**. Quer fazer o país andar para trás, recuar décadas em termos de soberania nacional e de projeção no mundo, de direitos civis e políticos, de direitos econômicos e sociais. Quer, na prática, abolir o Estado laico. Quer desnacionalizar o que há de mais avançado e competitivo em nosso sistema produtivo (a maior prova disso é a criminoso privatização da Petrobras que já está acontecendo com a venda dos gasodutos, das refinarias e da BR Distribuidora!). Não tem o menor constrangimento (justamente ele que tanto falou em “patriotismo” na campanha eleitoral!!!) de entregar a nossa soberania, a defesa nacional, o petróleo do Pré-Sal, que é o passaporte do Brasil para o futuro, como disse Lula, e as empresas públicas construídas com o sacrifício de inúmeras gerações — ao império norte americano. Quer cancelar as conquistas que, por exemplo, os negros, as mulheres, a comunidade LGBT, os povos indígenas tiveram em sua longa trajetória de lutas, ainda que falte muito para o Brasil alcançar a plena igualdade étnica, de gênero e de orientação sexual. E, para implantar esse projeto regressivo, não hesita em atacar e

perseguir o pensamento, a ciência, as artes e sobretudo a educação, tentando impedi-las de refletir criticamente sobre o presente e de apontar os caminhos do futuro.

Nesse contexto, a estratégia do PT deve ser ao mesmo tempo de resistência ao projeto destrutivo do governo Bolsonaro e de acumulação de forças para que o Brasil possa retomar o mais rápido possível o caminho da transformação social. De um lado, o que já representa um tremendo desafio, é preciso barrar as políticas regressivas da extrema direita, impedindo a alienação da soberania nacional, a fragilização da democracia, o desmonte do Estado, a liquidação do extraordinário legado social dos governos petistas, o confisco de direitos básicos das classes populares, a consolidação na sociedade de uma mentalidade autoritária, excludente, xenofóbica, obscurantista. De outro, o que também não é um desafio menor, mas pode ser vencido com determinação e criatividade, é preciso propor ao país, e trabalhar para que ela alcance progressivamente o mais amplo respaldo social e político, uma alternativa progressista consistente ao desastre civilizatório que é o governo Bolsonaro. Alternativa baseada em uma Plataforma de medidas emergenciais e estruturais capazes de tirar o país da crise e recolocá-lo no caminho do verdadeiro desenvolvimento, com independência nacional, crescimento econômico, geração de empregos, distribuição de renda, inclusão social e vigoroso combate às mais diversas discriminações. Que dê a devida centralidade às reformas imprescindíveis para que o Brasil se torne de fato mais democrático, mais próspero e menos desigual: a Reforma do Estado, a Reforma Política, a Reforma Tributária, a Reforma do Sistema de Comunicação, a Reforma Agrária e a Reforma Urbana, entre outras. Essa plataforma deve ser elaborada a partir do Programa Democrático Popular – que conserva toda sua pertinência e forte sentido emancipatório, no qual inspirou-se o nosso programa presidencial de 2018, e que pode e deve ser enriquecido no diálogo com os partidos aliados, os movimentos sociais e o conjunto da opinião pública democrática.

A Reforma Tributária defendida pelo PT deve ser um dos carros-chefe dessa plataforma alternativa. Todos sabem que no Brasil os ricos não pagam imposto. Ao contrário dos grandes países capitalistas, nosso sistema tributário é **regressivo**: quem paga impostos é basicamente a classe trabalhadora e a classe média mais modesta. Ou seja, só paga quem tem renda mais baixa. Bolsonaro e Paulo Guedes, quando falam em reforma tributária, querem beneficiar os ricos, o que vai fatalmente agravar a situação de quem vive do seu próprio trabalho. Está na hora de implantar no Brasil um sistema tributário justo, isso é, **progressivo**: quem pode mais, paga mais; quem pode menos, paga menos; e quem não pode, não paga. A redução da carga tributária sobre o consumo, especialmente de itens da cesta básica, é uma das medidas a serem tomadas. Além disso, tal como existe na grande maioria dos países, é fundamental criar no Brasil, o imposto sobre as grandes fortunas; ampliar os tributos sobre o patrimônio e produtos de luxo, assim como criar o imposto sobre lucros e dividendos das grandes empresas e remessas de lucro para o exterior; aumentar as alíquotas e a progressividade do Imposto Territorial Rural (ITR); instituir a tributação de juros sobre capital próprio para que os ricos também cumpram o seu papel social previsto na Constituição. É urgente tomar medidas que evitem a sonegação fiscal. O PT possui uma proposta de Reforma Tributária abrangente que trata também de outros temas relevantes: como estimular a produção e não a especulação; como reequilibrar o pacto federativo; como reestruturar as políticas de incentivos fiscais em benefício da produção, do emprego e do salário; como favorecer a pequena e média empresa.

O nosso Programa Democrático Popular, de reformas estruturais para o país, se articula do ponto de vista estratégico com o projeto histórico do Socialismo Democrático, o “Socialismo Petista”, reafirmado e consolidado ao longo de toda a trajetória do PT. Para nós, é irrenunciável o objetivo de construir, com o apoio das maiorias populares, uma nova sociedade livre, plural e solidária, uma sociedade em que o direito à vida não seja objeto de compra e venda, em que o direito à felicidade não seja uma mercadoria à qual poucos tem acesso e tantos não, em que milhões de seres humanos não sejam condenados à miséria, à fome, à morte para satisfazer a ganância de lucro, o luxo e o desperdício de uma minoria de privilegiados. Uma sociedade que não seja, pela sua própria lógica, como é a sociedade capitalista, injusta, excludente, discriminatória, marginalizadora. Uma sociedade de fato sustentável, fruto de uma nova relação com a natureza. Uma sociedade humanista em que a liberdade e a igualdade de direitos não sejam uma ficção. Uma sociedade, enfim, que seja não só materialmente mais justa, mas também ética e culturalmente superior.

Para barrar a ofensiva reacionária do governo Bolsonaro e das oligarquias dominantes, o PT deve continuar empenhado em construir a unidade das forças progressistas tanto no parlamento quanto na sociedade. A atuação conjunta das bancadas de esquerda e centro-esquerda na Câmara e no Senado é muito importante, ainda que não seja suficiente para enfrentar o rolo compressor do Governo, com seus aparatos de poder e escandaloso fisiologismo. A aliança entre os governadores progressistas também tem um grande sentido administrativo e político, favorecendo uma compreensão comum dos problemas e uma ação articulada no cenário regional e nacional. O consórcio dos governadores do Nordeste deve ser apoiado com entusiasmo. Os governos estaduais progressistas são os principais depositários do extraordinário legado de desenvolvimento com justiça social do período em que governamos o país. O seu modo democrático e popular de governar, que expressa outra visão do país e outro modelo de desenvolvimento, além de ser mais justo e eficiente para a população, contribui para manter viva e palpável a nossa alternativa emancipadora aos olhos do país como um todo. Da mesma forma, é fundamental continuar apoiando e fortalecendo a Frente Brasil Popular e a Frente Povo sem Medo, que reúnem uma parte significativa das organizações populares e dos movimentos sociais do país. Elas propiciam a reflexão conjunta das centrais sindicais, movimentos sociais e os próprios partidos políticos, e cumprem um papel destacado no que se refere às mobilizações de massa em todo país. A unidade dos partidos e dos movimentos progressistas, além de somar forças que poderiam estar dispersas e até contrapostas, transmite uma sinalização de responsabilidade e coesão para amplos setores da sociedade.

Não há contradição entre consolidar a unidade dos progressistas e, ao mesmo tempo, buscar alianças mais amplas, até com personalidades e setores de centro, em prol do Estado de Direito e de outras causas que extrapolam o campo das esquerdas, como a defesa da Universidade Pública ou o combate à homofobia, entre outras. Sem falar, naturalmente, na luta pela liberdade de Lula, crucial para a recuperação da plena democracia no país, que exige a máxima amplitude social e política. Sempre que for possível articular frentes mais amplas em torno de bandeiras democráticas, agregando o conjunto das forças e personalidades que se opõe ao Estado Policial, à perda da soberania nacional e à eliminação de direitos sociais, devemos nos empenhar ativamente para construí-las e fortalecê-las, tanto na resistência ao governo de extrema direita, cujo instrumento decisivo é a mobilização massiva da sociedade, sem prejuízo da batalha institucional, quanto na acumulação de forças para retomarmos nosso projeto



transformador, o PT deve reafirmar a sua **estratégia de maioria**, um dos elementos-chave (desde o “Manifesto de Fundação”) do ideário do partido, e dela extrair as necessárias consequências políticas e organizativas.

Trata-se de construir uma maioria consistente na sociedade – que não seja apenas eventual, conjuntural, mas que se afirme como verdadeira hegemonia democrática de ideias e valores – se queremos chegar novamente ao governo federal com efetiva sustentação para promover as mudanças imediatas e históricas que são a própria razão de ser do PT.

O resultado que obtivemos nas últimas eleições mostrou a força do PT e de seus aliados. Perdemos a disputa presidencial (manchada, como ninguém ignora, pela prisão fraudulenta de Lula, a absurda proibição de sua candidatura e as infames fake News), mas não fomos destruídos como pretendiam as oligarquias dominantes. Longe disso. Apesar da campanha de cerco e aniquilamento movida contra nós durante os últimos 15 anos, o PT continua a ser o maior partido político do país, com mais de dois milhões de filiados e grande capilaridade em todo o território nacional, além de governar estados importantes e contar com expressivas bancadas parlamentares. Os 26 milhões de votos obtidos no primeiro turno e os 47 milhões no segundo, em condições tão adversas, comprovam que o PT e os seus aliados tem profundas raízes na sociedade brasileira e são componente essencial da nossa vida política.

Para que o PT e os partidos progressistas voltem a ser maioria, no entanto, além de consolidar o apoio daqueles 47 milhões que votaram em nós, mesmo com todas as manipulações jurídicas e a guerra midiática contra a esquerda, precisamos também trabalhar para reconquistar aqueles setores sociais – especialmente das classes populares – que nos apoiaram em 2002, 2006, 2010 e 2014, e foram decisivos para que ganhássemos as quatro eleições e pudéssemos governar o país, e que se afastaram de nós no último período, por uma razão ou por outra, acabando por votar no candidato da extrema direita. É fundamental identificar quais são esses setores, compreender as suas motivações, mesmo que não concordemos com elas, e retomar o diálogo cotidiano com eles em torno de suas condições de vida e de seus direitos, de suas carências e aspirações, de seus graves problemas de desemprego, de acesso à educação, à saúde, à segurança, ao transporte e ao lazer. A extrema direita soube, em um certo momento, expressar e/ou manipular carências desses setores, mas não quer nem pode dar respostas efetivas e duradouras a elas com as suas políticas elitistas e excludentes, que só agravam a crise social. As pesquisas recentes revelam que parcelas significativas dos setores populares que votaram em Bolsonaro já estão frustrados com as medidas destrutivas e antipopulares do governo, mas isso não significa, é claro, que já tenham passado a nos apoiar e a sustentar as nossas propostas alternativas. O mesmo vale para outros setores sociais – como segmentos relevantes das classes médias assalariadas, por exemplo – que ao longo das décadas de 1980 e 1990 se incorporaram ao nosso projeto, em função principalmente de suas contradições objetivas com as políticas de arrocho dos governos neoliberais, mas também se distanciaram do PT nos anos recentes.

## **LULA LIVRE: URGÊNCIA DEMOCRÁTICA E LUTA DE NOSSO POVO!**

A Lava Jato não surgiu em um vácuo político preenchido pelo voluntarismo de seus agentes diretos, ela é fruto de uma conjuntura à qual favoreceu e pela qual foi favorecida. Como é de praxe na história de nossa república, os adversários do



campo democrático popular sempre se chocaram com o desafio do sufrágio, ou seja, do voto popular. A partir daí episódios de quebra institucional para viabilizar a ascensão de projetos antipopulares são recorrentes e muito conhecidos. A hipertrofia do Poder Judiciário, moralmente avalizada pelo discurso do combate à corrupção e que vinha sendo gestada há pelo menos uma década, pavimentou o caminho ao poder de um projeto autoritário, obscurantista e neoliberal.

As revelações trazidas pelo site The Intercept das mensagens trocadas pelo ex-Juiz Sérgio Moro e os procuradores da Lava Jato desnudaram a essência da Operação Lava Jato: um projeto de poder gestado por integrantes de instituições do Estado, sem qualquer respaldo democrático. Tornou-se nítido que seu objetivo último era criminalizar o PT, suas lideranças – em especial nossa maior liderança, o Presidente Lula – e seu legado no Governo.

Atuando como um “time”, acusação e julgador tentaram durante todo o período da Operação enquadrar o Partido dos Trabalhadores como uma organização criminosa, que ascendeu ao poder para “saquear os cofres públicos”. A chamada República de Curitiba mostrou não passar de uma tentativa rasteira de impedir, por vias contra majoritárias, que o país fosse governado por um projeto democrático e popular.

Tendo como embrião a atuação do consórcio jurídico-midiático na AP 470, a Lava Jato tenta criminalizar os maiores quadros políticos da esquerda, contando com a ferrenha atuação da mídia oligopolizada e comprometida com os interesses do grande capital de nosso país. O golpe dado na Presidenta Dilma, a prisão política do Presidente Lula e o atual Governo Bolsonaro são capítulos interligados da agenda nefasta que a Lava Jato protagonizou e ajudou a instituir no Brasil.

As mensagens trazidas pelo The Intercept demonstram a parcialidade com que atuaram juízes, promotores, desembargadores e outros agentes públicos nos processos que envolvem o Presidente Lula e outras lideranças do PT. Parcialidade esta que foi denunciada inúmeras vezes pelo Partido dos Trabalhadores e pela Defesa de Lula. Quando os paradigmas da legalidade e da dignidade da pessoa humana são deixados de lado, não se trata mais de Justiça.

Impedido de poder participar das eleições, porque aparecia como primeiro colocado em todas as pesquisas, a prisão do Presidente Lula é condição para existência da Lava Jato. A marcha processual cronometrada com base no calendário eleitoral não impediu apenas sua candidatura, mas a sentença apressada e copiada da Juíza Hardt no caso do “Sítio de Atibaia”, por exemplo, visou impedir uma possível progressão para um regime semi-aberto.

Com a eleição de Bolsonaro, convidando Moro quando este ainda era o juiz responsável pelos processos do Presidente Lula, a Lava Jato entrou de vez para Política. Não apenas Moro foi para o Governo Federal, como boa parte dos integrantes da Força Tarefa que condenou Lula.

O projeto político da Lava Jato fica claro quando o procurador Dallagnol solicita a Moro verbas da conta judicial da 13ª Vara Federal de Curitiba para propagandear as “10 Medidas Contra a Corrupção”. A aposta é a mesma do chamado “PL Anticrime”, apresentado pelo agora Ministro Moro. O modelo de sociedade que almejam é baseada no hiperencarceramento, no desrespeito às garantias

fundamentais e na repressão policial, que recairá sempre sobre a população preta e pobre.

A inocência do Presidente Lula fica cada vez mais comprovada e seu legado cada vez mais vivo. Ao mesmo tempo, a aura de “combate a corrupção” da Lava Jato desmorona. Não apenas o conluio entre Ministério Público e Judiciário ficou escancarado, mas as intenções da Força Tarefa contrárias à soberania nacional. A tentativa de acordos espúrios com autoridades estadunidenses para financiar com dinheiro público a “Fundação Lava Jato”; delatores, como Carlos Paschoal, admitindo terem sido coagidos para fechar acordos de delação premiada e lucros monumentais com palestras demonstraram a verdadeira face daqueles que se diziam comprometidos com o “combate à corrupção”.

Os recursos do Presidente Lula ainda pendem de julgamento nos Tribunais Superiores. Um deles é o Habeas Corpus 164493, em trâmite perante o STF, que versa sobre a parcialidade do ex-Juiz Moro na condução dos casos do Presidente. Há também o Recurso Especial 1.765.139 no STJ, que questiona a ilegalidade de sua condenação no caso do “Triplex do Guarujá”. Seguimos acreditando e lutando para que a Justiça seja feita e a inocência do Presidente Lula, já mais do que comprovada, seja finalmente reconhecida. Como diz reiteradamente o Presidente Lula, não deixaremos de acreditar na Justiça, ainda que para isso tenhamos que denunciar e nos opor aos desmandos de setores do Judiciário.

O PT seguirá firme na luta pela inocência de Lula e denunciando as reiteradas ilegalidades e atentados ao Estado Democrático de Direito cometidos pela Operação Lava Jato. O impacto da Operação Lava não se restringe apenas ao desrespeito de garantias constitucionais e devido processo legal. Setores importantes da economia nacional, principalmente pela participação que a Petrobrás e a indústria de óleo e gás têm em nossa economia, foram atingidos diretamente pela forma como a Lava-Jato desconsiderou os empregos e a política de conteúdo nacional. A economia brasileira saiu menor deste processo histórico. As empresas de construção civil encolheram 85%, aprofundou-se a crise econômica e o desemprego aumentou. A Lava Jato, ancorada socialmente no falso discurso de que “O PT acabou com o Brasil” foi, essa sim, verdadeira protagonista do processo de desintegração do tecido econômico e social brasileiro. A crise em que o Brasil se encontra mergulhado hoje e que empurra milhões de brasileiros de volta à miséria tem a digital da Operação Lava Jato. Da mesma forma como não é possível fazer justiça à margem da legalidade e da observância às garantias constitucionais, também se viu inviável “tirar o Brasil da crise” destruindo empregos, desestabilizando empresas nacionais e inviabilizando setores estratégicos da nossa economia, como fez a Força Tarefa desde o início de suas atividades em 2014.

Diante desta realidade, a luta pela liberdade do Presidente Lula ganha contornos ainda mais marcantes e urgentes. O Lula Livre, além de ser um mote que mobiliza, comove e engaja milhões de pessoas de variadas idades e regiões do mundo se torna, ao mesmo tempo, para o povo brasileiro, uma luta com caráter de libertação nacional. Para os latino-americanos, que durante as últimas duas décadas viram seus países ascenderem a uma perspectiva soberana e ativa de inserção política no plano internacional, a liberdade de Lula é uma necessidade para as forças democráticas e populares na correlação de forças de nosso continente.

A luta pelo Lula Livre, por isso mesmo, vai muito além do PT e das esquerdas, e diz respeito a todos os democratas de nosso país, mesmo àqueles que não se identificam com o PT, mas sabem que Lula foi condenado e preso de modo completamente ilegal e a sua condição de preso político é uma ferida aberta em nossa democracia. Somos gratos à solidariedade de todos os homens e mulheres que no Brasil e nos mais diversos países do mundo se somaram à luta pela imediata libertação de Lula. A militância do PT em todo o país, que tanto já sofreu e agiu em função dessa causa, deve engajar-se de modo ainda mais vigoroso na campanha Lula Livre em seus locais de moradia, trabalho e estudo, na cidade e no campo.

## 1. ELEMENTOS DE UMA PLATAFORMA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO COM JUSTIÇA SOCIAL

16

### **Gerar empregos de qualidade, garantir a liberdade de organização sindical**

Os direitos dos trabalhadores e da trabalhadora foram fortemente atingidos com a terceirização irrestrita e a reforma trabalhista e o desemprego mantém a situação de vulnerabilidade para milhões de famílias. O investimento em políticas sociais foi congelado constitucionalmente por até 20 anos, causando a restrição crescente na oferta e no acesso aos serviços de saúde, educação e assistência social ou a simples destruição, por inanição, de políticas públicas fundamentais, como a de habitação ou a de apoio à agricultura familiar e à reforma agrária.

Para gerar emprego e renda de qualidade, propomos:

- Política emergencial de geração de emprego e renda, incluindo medidas de proteção ao desempregado.
- Gerar mais e melhores empregos, com igualdade de oportunidades e de tratamento, na perspectiva do pleno emprego. Implementar políticas de geração, acesso e permanência de empregos e progressão de carreira para mulheres, jovens, negros, LGBT.
- Estabelecer políticas e medidas que garantam a implantação do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda (SPTER), ampliando e integrando as políticas de qualificação profissional, de intermediação da mão de obra e de seguro-desemprego.
- Garantir a manutenção da Política de Valorização do Salário Mínimo, criada pela CUT e implementada pelos governos do ex-presidente Lula e Dilma Rousseff.
- Estabelecer severas políticas para a erradicação do trabalho escravo e infantil, com dotação de verbas suficientes e condições de pleno funcionamento da fiscalização.
- Reduzir a jornada de trabalho para 40 horas semanais sem redução de salários, com limitação de horas extras e eliminação ou restrição do banco de horas, colaborando com a geração de novos postos de trabalho e melhorando a qualidade de vida dos trabalhadores com ampliação do tempo livre.
- Eliminar as práticas antissindicais e promover um processo amplo de negociação que permita a construção de um Sistema Nacional de Relações de



Trabalho Democrático, com plena garantia do direito de organização no local de trabalho; da liberdade e autonomia sindicais.

- Alterar a Lei de Migração, reconhecendo aos migrantes e suas famílias os mesmos direitos trabalhistas e sociais com acesso ao emprego, à moradia, à saúde e à educação.
- Revogar a reforma trabalhista (Lei 13.467/2017) para assegurar que os direitos sejam integralmente garantidos, não sejam rebaixados por nenhum acordo ou convenção coletiva e que esses direitos sejam protegidos pelo estatuto da ultratividade.
- Revogar a Lei 13.429/2017 que permite que a terceirização ocorra de forma indiscriminada, inclusive em atividades fim das empresas, promovendo em seu lugar uma regulação que, além de restringir sua utilização, garanta a responsabilidade solidária por parte das contratantes; a isonomia de direitos e a representação sindical por categoria preponderante.

### 1)Retomar o Plano Brasil Sem Miséria e o combate à fome.

### 2)Transição Ecológica para a Sociedade do Século XXI

Devemos fortalecer a transição ecológica visando impulsionar o desenvolvimento do país a partir de uma economia de baixo impacto ambiental e alto valor agregado com inclusão produtiva e superação da pobreza. Trata-se de reduzir a poluição e modernizar a matriz produtiva brasileira e tornar a economia competitiva tendo como base as tecnologias de informação e comunicação, biotecnologia, nano-tecnologia, agricultura de baixo carbono, tecnologias da economia circular (eficiência energética, reciclagem, etc).

#### **Soberania produtiva – a retomada da política industrial**

Desenvolver política macroeconômica, alinhada ao projeto de desenvolvimento via industrialização. Essa política deve se desdobrar a partir de 6 diretrizes destinadas a reverter a desindustrialização e contribuir efetivamente com o desenvolvimento do País, de modo a distribuir seus ganhos entre toda a sociedade e posicionando o Brasil entre as principais economias industriais do planeta:

1. **Garantir um processo consistente de inovação e modernização tecnológica:** a promoção da inovação deve propiciar ganhos de produtividade para as indústrias brasileiras, mas também, promover o bem-estar da população, por meio de tecnologias que resultem na eliminação dos gargalos sociais na saúde, educação, acessibilidade, meio ambiente, entre outros. Nesse sentido, é importante que a formulação das políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) tenha como foco o desenvolvimento de tecnologias que superem ou eliminem problemas relevantes para o desenvolvimento nacional.
2. **Política industrial alinhada com a preservação do meio ambiente:** estimular o surgimento de novos negócios e produtos voltados para o desenvolvimento de soluções para a infraestrutura e a qualidade ambiental no País, promovendo processos produtivos e produtos ambientalmente sustentáveis; garantindo o desenvolvimento da indústria de recicláveis e de logística e manufatura reversa em escala compatível com o consumo nacional; soluções que reduzam os impactos da poluição, seja no campo ou nas grandes cidades; além de garantir o tratamento adequado aos resíduos sólidos.

3. **Readensamento das cadeias produtivas de valor:** políticas que provoquem o readensamento de elos estratégicos em cada cadeia produtiva, considerando partes e peças mais nobres e sofisticadas em cada cadeia de modo a ampliar o valor agregado, que sejam intensivos em tecnologia e que reduzam impactos negativos na balança comercial. Além disso, essa estratégia permite o aperfeiçoamento técnico dos meios de produção e também a acumulação de capital, importante elemento para a diversificação produtiva no setor industrial.

4. **Política externa soberana e que promova a indústria nacional:** com uma política de comércio exterior que se oriente pelo comércio justo e pela utilização soberana dos recursos naturais, com uma pauta exportadora mais diversificada e com produtos de maior valor agregado.

5. **Promover o desenvolvimento regional e o Direito à Cidade:** contribuir para o desenvolvimento regional, estimulando iniciativas que valorizem a dimensão espacial, potencializando os instrumentos locais de fomento à produção, pesquisa e inovação, fortalecendo e consolidando as aglomerações industriais e os arranjos produtivos territoriais, promovendo a articulação com demais setores (agricultura e serviços) e gerando empregos de qualidade e renda nas diversas regiões do País.

**Empregos de qualidade:** esse processo de retomada da indústria nacional precisa estar casado com a oferta de empregos de qualidade. É preciso garantir também que os ganhos de produtividade sejam repartidos entre empresários, o Estado (com tributação adequada nos três níveis de governo) e trabalhadores (com redução na jornada de trabalho, com metas anuais ao longo dos próximos 10 anos, com contratos de trabalho formais e aumentos salariais reais compatíveis com os ganhos de produtividade e/ou lucro).

Nessa perspectiva, propomos:

- Promover a articulação de agentes locais e nacionais, voltados ao processo de inovação: empresas, centros de pesquisa públicos e privados, instituições de fomento e financiamento ao desenvolvimento tecnológico, instituições de apoio à metrologia, propriedade intelectual, gestão administrativa, tecnológica e do conhecimento, instituições de apoio à difusão tecnológica.
- Criar um ambiente favorável à inovação e alocar recursos suficientes e estáveis que possibilitem ao País avançar em P&D, além de fomentar o investimento privado em inovação.
- Garantir que os investimentos em P&D sejam definidos estrategicamente. Devem ter foco e ser orientados a resultados ligados aos desafios que o Brasil precisa enfrentar.
- Modernizar o parque industrial nacional, com políticas de financiamento específicas para esse fim, ligadas às políticas que reforcem o crescimento da indústria de bens de capital nacional.
- Regular a exploração da biodiversidade e da extração mineral e vegetal, pensando no longo prazo (novo marco regulatório da mineração e investimento em pesquisa) na transformação desses recursos naturais em nosso território agregando valor à cadeia da mineração e a produção sustentável procurando evitar a exportação de commodities para produzir e exportar bens finais, e

garantindo uma tributação adequada dessa exploração, para promoção dos territórios.

- Investir em infraestrutura social, como saneamento, acesso à água potável, energia elétrica, equipamentos sociais de saúde, educação, esporte cultura e lazer, habitação e mobilidade, que promovam o desenvolvimento nacional, alavanquem a indústria nacional e garantam o direito humano à água e ao saneamento elevando a qualidade de vida da população brasileira.
- Investir em infraestrutura logística para ampliação e melhoria dos modais de transporte de carga, da comunicação, ampliando o acesso à Internet em regiões remotas, garantindo a segurança na comunicação de dados e a melhoria da interconectividade da rede brasileira, além de elevação da produtividade.
- Consolidar política energética democrática que garanta a soberania nacional e o desenvolvimento econômico e social, com matriz que assegure a sustentabilidade de produção e o uso de energias renováveis.
- Defender o controle e o planejamento estatal na gestão da cadeia produtiva petroquímica por meio da liderança da Petrobrás, e da produção de energia por meio da Eletrobrás, no contexto do projeto de desenvolvimento.
- Garantir o controle estatal da Petrobras e Eletrobrás, empresas nacionais estratégicas para o desenvolvimento nacional. Criar novo modelo de partilha (marco regulatório) que englobe o desenvolvimento de conteúdo local, fundos sociais e recursos para políticas públicas na saúde, educação, meio ambiente e cultura.
- Assegurar incentivos fiscais para as empresas que investirem em transição para tecnologias mais limpas, associadas a políticas de realocação profissional ou preservação dos empregos.
- 

### **Implementar modelo de desenvolvimento rural sustentável e solidário.**

O governo golpista de Michel Temer desmontou políticas públicas implementadas na última década que promoviam a melhoria das condições de vida e de trabalho no campo e foram conquistadas após décadas de luta dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais.

Somando-se ao retrocesso econômico e social provocado por estas medidas, constatamos o aumento devastador da violência no campo. Entre 2016 e 2018, de acordo com o relatório da Comissão Pastoral da Terra, o registro de mortos em decorrência dos conflitos de terra cresceu 16,4% em relação ao ano anterior, passando de 61 em 2016 para 71 em 2017. Foi o maior aumento de crimes políticos no campo, desde 2003.

Diante deste quadro, torna-se imperioso fortalecer a agricultura familiar como forma de garantir um novo modelo de desenvolvimento econômico e social para o campo, com a produção de alimentos saudáveis, orgânicos e agroecológicos, imprescindíveis à segurança e soberania alimentar e nutricional dos brasileiros.

Para isso é preciso:

### **Democratizar o acesso à terra, via Reforma Agrária, com fomento e investimentos públicos**

- Garantir a realização da Reforma Agrária e o fortalecimento da agricultura familiar como elementos estruturadores de um projeto de desenvolvimento sustentável e solidário e de soberania alimentar do Brasil, que assegure a sustentabilidade de projetos de assentamento por meio do crédito, assistência técnica, apoio à produção e comercialização e à infraestrutura social.
- Desapropriar e destinar para a Reforma Agrária os latifúndios, assim como propriedades que não cumprem a função socioambiental da terra e aquelas em que for verificada a existência de trabalhadores(as) submetidos a trabalho análogo ao escravo.
- Estabelecer limite máximo para o tamanho da propriedade da terra, atualizar os índices de produtividade e combater a venda de terras para estrangeiros.

### **Potencializar a agricultura familiar e camponesa, considerando o desenvolvimento sustentável e solidário, as políticas regionais e o meio ambiente**

- Reconhecer e reafirmar a pluralidade da agricultura familiar e a relevância política, social e cultural de sua diversidade para políticas voltadas para sua sustentabilidade econômica e para a permanência dessa população no campo.
- Garantir a efetivação da Política Nacional de Desenvolvimento do Brasil Rural.
- Desenvolver políticas de incentivo à produção e ampliar os recursos orçamentários de políticas estruturantes para a Agricultura Familiar e Camponesa tais como crédito, pesquisa agropecuária, assistência técnica e extensão rural, garantia de preços agrícolas, seguro agrícola, armazenagem, agroindústria e apoio à comercialização.
- Assegurar a ampliação e fortalecimento das políticas públicas de caráter regional, a exemplo das políticas em defesa da Amazônia, do Cerrado e de convivência com o Semiárido.
- Estabelecer política de redução do uso de agrotóxicos na produção agropecuária brasileira, em especial pelas grandes corporações, para preservar a vida humana e o meio ambiente de seus efeitos nocivos.
- Consolidar a Política Nacional de Meio Ambiente visando proteger, preservar e garantir o uso racional dos recursos naturais, promovendo mudanças necessárias na atual legislação e observando diretrizes gerais que assegurem tratamento justo, equilibrado e diferenciado à agricultura familiar, permitindo sua adaptação aos impactos das mudanças climáticas.
- Estimular, apoiar e valorizar as iniciativas de associativismo, cooperativismo e economia solidária, empreendendo ações para a conquista de um marco legal para o cooperativismo.
- Estabelecer políticas de recuperação e desenvolvimento das estruturas de agroindústria familiares/cooperativada, com ferramentas de planejamento, organização da produção e comercialização.

### **3. Viver bem e dignamente no Campo e nas Cidades**

- Produzir alimentos saudáveis.
- Democratização da terra e reforma agrária
- Segurança e estabilidade para o produtor rural.

- Fortalecer a agricultura familiar de base agroecológica.
- Fortalecer a aquicultura e pesca.
- Políticas de enfrentamento à seca, de combate à desertificação e de mitigação dos efeitos das mudanças climáticas;
- Políticas de convivência com semiárido.
- Novo marco regulatório de desenvolvimento urbano.
- Retomar políticas para garantir o direito à moradia: retomar e aperfeiçoar o Programa Minha Casa Minha Vida.
- Desenvolver políticas para cidades resilientes, menos poluídas e mais iluminadas.
- Retomar a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).
- Mobilidade e acessibilidade urbana: uma cidade ágil que valoriza a vida
- Promover o diálogo federativo na construção de solução para os problemas regionais e locais.

### **Serviços e sistema financeiro como instrumento para promoção do desenvolvimento econômico e social**

Os serviços bancários, especialmente o crédito, são instrumentos importantes para promover o desenvolvimento, desde que sua regulação atente para sua função primordial de promover o investimento produtivo, dinamizar a economia assegurando a universalização dos serviços prestados, com linhas de crédito acessíveis aos diversos perfis da população brasileira e medidas que controlem democraticamente os fluxos de capital e mercado financeiro.

Nesse sentido, é fundamental o fortalecimento dos bancos públicos e dos bancos de desenvolvimento nacional e regional, além de participação social na definição da regulação do sistema financeiro, visando coibir a especulação e o rentismo. É preciso tornar o sistema financeiro nacional indutor do desenvolvimento nacional, voltado ao investimento produtivo, ao contrário do padrão atualmente existente no País.

Nossas propostas são:

- Regulamentar o Artigo 192 da Constituição Federal, com democratização e controle social do Sistema Financeiro Nacional, adequando o papel dos bancos e dos fundos de pensão ao desenvolvimento sustentável, com oferta responsável de produtos financeiros e universalização dos serviços bancários a toda sociedade, revogando a figura do correspondente bancário.
- Implementar medidas para o controle da especulação financeira e do rentismo por meio da redução dos juros reais no país, da redução dos juros para pessoas física e jurídica e da instituição de medidas de controle do Estado sobre os fluxos de capitais com taxa específica sobre as operações internacionais.
- Reduzir os spreads cobrados pelos bancos no Brasil.
- Promover a gestão das finanças locais através de bancos comunitários locais, cooperativas de crédito, que garantam que os recursos circulem no município e na região.
- Garantir que as inovações tecnológicas possibilitem a criação de novos e melhores empregos: Investir no desenvolvimento de novos produtos, serviços e processos em áreas como a saúde, a educação, transportes, saneamento e habitação.

#### 4. Afirmação de Direitos Humanos e Sociais

Propomos:

- Recuperar o papel do Estado como indutor do desenvolvimento e da justiça social, implementando políticas monetária e fiscal compatíveis com metas sociais de crescimento econômico, valorização do trabalho e distribuição de renda.
- Revogar a Emenda Constitucional 95 que congela os gastos públicos, inclusive os investimentos por 20 anos e impede que o Estado garanta serviços públicos de qualidade para toda a população brasileira.
- Revogar a Lei Kandir e criar instrumentos que assegurem o equilíbrio fiscal, garantindo a alocação dos recursos orientada para a promoção do bem-estar da população e do desenvolvimento econômico, garantindo que os recursos públicos sejam utilizados como meio de distribuição de renda.
- Elaborar, com participação popular, uma política progressiva de desmercantilização dos serviços públicos essenciais para a população.
- Revogar a Desvinculação das Receitas da União (DRU) e a Desvinculação das Receitas dos Estados e Municípios (DREM).

22

#### Direitos Humanos e Afirmação de Direitos

- Promover Política para as Mulheres Visando a Igualdade de Gênero;
  - igualdade de oportunidades e isonomia salarial no mundo do trabalho
  - enfrentamento a todas as formas de violência contra a mulher, por meio da integração e ampliação dos serviços e medidas preventivas de proteção e de atenção, como a Casa da Mulher Brasileira, e as promovidas pelo enfrentamento ao feminicídio, e com a Lei Maria da Penha.
- Promover Políticas de Igualdade Racial;
  - A promoção da igualdade racial e a garantia de direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais dos povos indígenas e negros,
  - Serão implementadas e impulsionadas ações afirmativas nos serviços públicos.
  - Plano Nacional de Redução da Mortalidade da Juventude Negra e Periférica.
- Promover os Direitos das Juventudes;
  - respeito e valorização da identidade e à diversidade individual e coletiva das juventudes.
  - defesa da universidade pública e expansão de matrículas no ensino superior e nos ensinos técnico e profissional.
- Promover a Cidadania LGBTI+
- Promover os Direitos dos Idosos
- Promover a Inclusão das Pessoas com Deficiência

- Promover os Direitos dos Povos do Campo, das Florestas e das Águas.

### **Seguridade social**

- Consolidar o Sistema de Seguridade Social brasileiro, inclusivo e estável, segundo os preceitos Constitucionais de 1988, assegurando a concretização dos seus princípios e fontes estáveis de financiamento.
- Garantir que nenhum recurso da Seguridade Social seja objeto de isenção fiscal, tributária ou de realocamento para outros fins.
- Garantir o Sistema Único de Saúde (SUS) 100% público, universal e de qualidade, que valorize os trabalhadores e trabalhadoras da saúde, com o fim das Organizações Sociais no SUS.
- Garantir o acesso da população a serviço médico especializado e multiprofissional em cada regional de saúde integrada com Atenção Básica, de modo a superar as demandas por consultas, exames e cirurgias reprimidas no SUS.
- Recuperar as ações de saúde setoriais que foram sucateadas desde 2016: Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e Águas (PNSIPCFA); Programa Nacional de Saneamento Básico Rural sob a coordenação da Fundação Nacional de Saúde (Funasa); Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM); Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora; Política Nacional de Atenção à Saúde da População Negra; e a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

### **Educação pública e de qualidade**

- Assegurar a educação como meio de preservação, socialização e difusão do patrimônio cultural historicamente construído pelo homem, de valorização e consideração da experiência social e cultural de crianças, jovens e adultos, imprescindível para o desenvolvimento humano e para o exercício da cidadania.
- Considerar a educação como direito inalienável de todos e todas, em todos os níveis, garantindo as condições necessárias para a efetiva implantação do Plano Nacional de Educação 2011/2020 e do Sistema Nacional Articulado de Educação investindo da Creche à Pós-Graduação.
- Defender a Universidade Pública e retomar o processo vigoroso de expansão e ampliação do acesso à educação profissional, tecnológica e superior por meio da ampliação de vagas como forma de garantir o direito à educação, ampliar a qualificação profissional, a produção de ciência e tecnologia e o desenvolvimento regional e nacional.
- Ampliar o acesso, a permanência, a qualidade e a ascensão escolar em todos os níveis e modalidades de ensino: educação infantil; ensino fundamental; ensino médio regular; ensino médio técnico profissionalizante; ensino tecnológico e ensino superior; além da modalidade de educação de jovens e adultos.
- Retomar investimentos na Educação do Campo, Índigena e Quilombola;
- Implantar planos de carreira para o conjunto dos profissionais de educação das redes pública e privada que promovam a valorização profissional e estimulem a formação continuada, superando as recentes propostas de

“flexibilização” dos critérios de seleção na área, bem como os agudos retrocessos que hoje acontecem, em especial no setor privado.

- Revogar a “Reforma do Ensino Médio” em curso, que dificulta o acesso e a permanência dos estudantes, torna tecnicista banaliza o ensino público, desvaloriza os(as) professores(as) e acentua o avanço privatista sobre a educação básica, além de atentar contra a soberania nacional ao submeter questões estratégicas, como formação docente e currículos, à ingerência do Banco Mundial e do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).
- Garantir a alimentação escolar gratuita e de qualidade na educação básica, promovendo a alimentação saudável e o desenvolvimento da agricultura familiar e das práticas agroecológicas de produção, livres de agrotóxicos e transgênicos.
- Garantir a educação inclusiva para pessoas com deficiência em toda a rede de ensino.
- Assegurar a implementação de políticas de elevação da escolaridade formal no meio rural e urbano.

### **Cultura para Garantir a Democracia, a Liberdade e a Diversidade.**

- Consideração da cultura como um direito de todas e todos e como um campo de luta pelas liberdades individuais e contra o racismo, o machismo, a LGBTI fobia, a intolerância religiosa e o avanço de valores reacionários no Brasil. A defesa do livre pensar e da nossa diversidade irá orientar todas as políticas de Estado.
- Recriação do Ministério da Cultura;
- aumentar progressivamente os recursos para o MinC, visando alcançar a meta 1% do orçamento da União, assim como fortalecer o papel e ampliar os recursos do Fundo Nacional de Cultura (FNC)
- Consolidar o Sistema Nacional de Cultura
- Consolidação Nacional para o Livro, Leitura e Literatura;
- Política Nacional, em diálogo com estados e municípios, que atenda as demandas específicas envolvendo as culturas tradicionais, populares e regionais e as artes: musica, teatro, dança, circo e artes visuais.

### **Esportes**

- Compromisso com o direito ao esporte como forma de desenvolvimento da cidadania
- Investimento em todas as práticas esportivas: vôlei, basquete, natação e esportes radicais, tanto no esporte amador quanto o de alto rendimento.
- Programa de Modernização da Gestão do Futebol.

## **5.**

### **VIOLÊNCIA E RESISTÊNCIA NAS PERIFERIAS**

No período em que estiveram à frente do governo federal, o PT e seus aliados promoveram forte **mobilidade social** nas periferias, garantindo às populações excluídas o acesso a direitos e oportunidades de educação, trabalho e renda. Junto com políticas públicas de



saneamento, saúde e habitação, entre outras, essa mobilidade transformou material e culturalmente as periferias do país, melhorando as suas condições de vida e o seu perfil socioeconômico. Houve ampliação e diversificação da atividade econômica, criação de empregos, incremento do consumo e elevação da escolaridade. Mas nem todos os graves problemas das populações periféricas chegaram a ser enfrentados. Um deles em especial, apesar de todo o empenho de nossos governos no combate à pobreza e à desigualdade, continuou a se agravar, e constitui hoje — é preciso dizer com toda a clareza — um dos mais graves, senão o mais grave desafio humanitário e civilizatório da sociedade brasileira. Trata-se da violência avassaladora contra as populações excluídas e principalmente contra a juventude da periferia.

É verdade, por exemplo, que nossos governos possibilitaram que milhões de jovens de baixa renda entrassem na universidade, a maioria deles sendo os primeiros de suas famílias a terem acesso ao ensino superior, e que isso foi uma verdadeira revolução educacional em um país tão elitista e excludente como o nosso. Mas também é verdade que as taxas de homicídio e de encarceramento de jovens continuaram a subir mesmo nos nossos governos e em 2018 atingiram números assustadores: 65.602 assassinatos e 725.000 presos fazendo da brasileira a terceira maior população carcerária do mundo, muito superior inclusive à de países com populações cinco ou seis vezes maiores do que a nossa. (Se forem presos todos os já condenados, essa cifra salta para 1,3 milhão).

Tornou-se evidente que o crescimento econômico e as políticas de inclusão social, educacional e profissional, ainda que sejam decisivas para a emancipação de milhões de excluídos, não são suficientes para enfrentar esse verdadeiro genocídio dos jovens periféricos e pobres, em sua maioria negros. Não resolvem por si sós a tragédia do assassinato cotidiano e do hiperencarceramento dos jovens da periferia, vítimas da violência e da corrupção policial, de um código penal defasado e antipopular, das organizações criminosas que controlam o narcotráfico e também, cada vez mais, das milícias semiclandestinas toleradas e até apoiadas pelas autoridades.

Trata-se de um problema sabidamente complexo e difícil, porque envolve interesses econômicos e políticos poderosos, mas o seu enfrentamento é inadiável, sob pena de contaminação definitiva das estruturas de segurança do Estado, como já ocorreu em outros países, e do comprometimento também definitivo do direito à vida de um enorme contingente de jovens.

Ao mesmo tempo, sabemos que essa é uma questão particularmente desafiadora para as esquerdas, seja pelo nosso déficit de formulações alternativas no que se refere às políticas de segurança pública, seja pelo risco real de atuar em um campo minado pelas falsas soluções punitivistas e autoritárias defendidas pela direita e pela mídia policialesca.

O fato é que as forças progressistas e democráticas do país não podem se omitir diante de tamanha calamidade, pois se não forem elas a se insurgirem contra isso, quem o fará?

É fundamental que o PT e as esquerdas assumam uma nova atitude frente ao problema e que se engajem de outro modo nessa luta, priorizando a compreensão mais profunda e atualizada de suas causas e a elaboração coletiva de uma política consistente para enfrentá-lo. É necessário que estejamos lado a lado com todos os setores interessados das próprias populações periféricas, mas também com pesquisadores, estudiosos,

especialistas, juristas democráticos, ativistas de direitos humanos, militantes dos mais diversos movimentos sociais, dirigentes e bases partidárias, parlamentares, artistas, lideranças religiosas identificadas com as classes populares — para dar a essa causa a centralidade e a urgência que ela precisa ter e para que as periferias do Brasil possam contar com uma verdadeira política de segurança pública, democrática e republicana.

De certa forma, e até para resistir a esse genocídio quase institucionalizado, vai se afirmando nas periferias um processo virtuoso de concertação dos subalternos, ao qual devemos prestar a máxima atenção e apoiar por todos os meios possíveis. As nossas lideranças e nossa militância devem aproximar-se do que de mais profícuo e auspicioso tem surgido nas periferias do Brasil em todas as latitudes. Em diversas movimentações da periferia é possível encontrar um caldo de cultura rico em valores de solidariedade, rebeldia e emancipação que alimenta um novo e criativo arranjo de lutas. De lutas sociais e econômicas, mas também de lutas educacionais, étnicas, feministas, juvenis e artísticas, entre tantas outras.

Está crescendo entre os grupos e movimentos periféricos a preocupação de dar um sentido mais amplo, mais convergente a esse extraordinário mosaico de ativismos, que tem os pés fincados no chão do cotidiano, mas pode e deve também voltar os olhos para questões mais gerais que interessam ao conjunto do país e condicionam fortemente o horizonte de emancipação das próprias periferias: a entrega da soberania e das riquezas nacionais, os ataques ao Estado de Direito, o avanço do Estado Policial, a extinção das políticas sociais conquistadas durante os governos populares, entre outras.

## 6.

### **O GOVERNO BOLSONARO E OS DIREITOS DAS MAIORIAS**

A vitória da extrema direita no Brasil não foi alicerçada pela primazia do debate econômico, nem sobre as saídas para os verdadeiros problemas do povo brasileiro, aliás, não foi calcada por debate nenhum, uma vez que seu candidato não se colocou a disposição para debater, temendo que a sua carência de propostas para o país pudesse causar a sua derrota.

Para ganhar as eleições, utilizou-se de uma estratégia testada nos EUA por Donald Trump, da abordagem predominante sobre valores, costumes e comportamento social através de uma bem articulada — e frequentemente ilegal — presença nas redes sociais, fazendo com que o debate sobre os problemas do Brasil se transformasse no debate sobre os “supostos” problemas das pessoas.

Numa sociedade que é estruturada nos pilares do racismo e do machismo e dos mais diversos preconceitos, encontrou-se um campo fértil para a propagação de ideias ultraconservadoras.

Nesse cenário, as lutas por direitos ou por igualdades como de gênero, racial, geracional ou de orientação sexual, que vinham demonstrando vitalidade e resultados através da implementação das mais diversas políticas públicas nos governos petistas, acabaram por se tornar alvos preferenciais da sanha conservadora no Brasil.

Bolsonaro já declarou abertamente que a mulheres não devem ter os mesmos direitos que os homens, que os negros escravizaram a si próprios, que a pessoa LGBT é consequência de degeneração social e familiar. E não foi por acaso, evidentemente,

que as Fake News enviadas por sua campanha a milhões de eleitores tratavam quase todas de questões comportamentais e sexuais.

Ter, aparentemente, respostas fáceis para questões bastante difíceis demonstrou ser um dos êxitos da campanha da direita sendo que ainda não conseguimos dar o embate condizente. Ao tratar um tema complexo como o da segurança pública a solução simplista era armar o cidadão. Para solucionar o problema da corrupção, a solução era a volta dos militares e a negação hipócrita do parlamento.

Desmontar esse aparato de repressão ideológica é um trabalho de curto, médio e longo prazo e demanda forte compromisso das direções e da militância do PT. O embate militante somente surtirá efeito com a criação de instrumentos que perpassem toda a estrutura partidária, em nossa ação cotidiana, superando a lógica meramente eleitoral.

### **Direitos da maioria não podem ser compreendidos como meramente setoriais**

A presença de militantes de diferentes movimentos sociais dentro da estrutura do PT propiciou uma grande capilaridade organizacional e a construção de uma enorme rede de proteção e prevenção aos direitos humanos compreendidos aqui em sua totalidade, sem fragmentações. Essa característica multifacetada serviu como alavanca propulsora do petismo e sua identificação com os mais pobres e vulneráveis da sociedade.

Ocorre que essa gama de lutas sociais, da qual o PT é parte, acaba nos levando a uma interpretação bastante rasa do que é ação setorial em contraponto ao que deve ser compreendido como o direito universal à vida e ao bem-estar. Por mais que possam estar intrinsecamente ligados, a luta contra a carestia não pode ser confundida com a luta pelo direito de viver, por exemplo.

Assim, considerar a luta das mulheres, dos negros, da juventude e da população lgbti+ como meramente setorial é desconhecer que essas parcelas da sociedade lutam, sobretudo, pelo direito de permanecerem vivos para, ato seguinte, terem acesso ao direito de livre organização e livre manifestação.

Nesse sentido, acreditamos ser necessário o estabelecimento de um grande debate interno que dê conta de conceituar de forma correta o que são lutas e organizações setoriais de temas que através das desigualdades históricas estruturam as relações sociais no Brasil.

“Todo individuo tem direito á vida, à liberdade e a segurança pessoal.” ...  
“1- O direito à vida é inerente à pessoa humana. Esse direito deve ser protegido por lei. Ninguém pode ser arbitrariamente privado da vida.”

O artigo 3º da Declaração Universal dos Direitos Humanos nos remete à celebração e a defesa da vida em sua totalidade, como já foi dito, condição necessária para o desenvolvimento pleno das sociedades. Mas, no Brasil, em que pese os avanços sociais e econômicos obtidos durante o governo do PT, a violência e a morte ainda prevalecem como um risco cotidiano para as populações mais vulneráveis.

De acordo com o Atlas da Violência 2019, que levantou dados entre os anos 2007 e 2017, foi constatado que 618 mil pessoas foram vítimas de homicídio em todo o país somente no ano de 2017 foram 65.602 mortes violentas, ou seja, o maior número da história do Brasil.

Do total de mortos, 92% das vítimas eram homens e 75,5% do total eram negras. Ainda foi levantando que 74,6% dos homens e 66,8% das mulheres possuíam até sete anos de estudo, em outras palavras sequer tinham concluído o ensino médio.

A necessidade de enfrentar o tema da segurança pública de frente e com propostas que a sociedade compreenda vem através da constatação que 76,9% dos homicídios de homens e 53,8% dos de mulheres foram por arma de fogo. E é entre essa população que é vitimizada que a política armamentista do atual governo encontra uma considerável taxa de aprovação.

### **A situação das mulheres**

A negação ao pleno desenvolvimento social e político das mulheres brasileiras também estrutura as relações sociais no Brasil, país que possui a maior parte de sua história sob o jugo do machismo e do patriarcalismo, sustentáculos das enormes desigualdades em todas as esferas, como no mercado de trabalho, no atendimento à saúde, nos partidos políticos, entre outras.

Todos os indicadores sociais, em pese as grandes transformações causadas pelas lutas feministas durante toda a história, apontam para as desigualdades seculares entre homens e mulheres.

Mesmo sendo maioria da população, dados preocupantes sobre a situação da violência contra mulheres só reforçam a necessidade de se criar mecanismos e proposições para o combate à mortalidade feminina que deu um salto na década analisada pelo Atlas da Violência 2019 (2007/2017), onde se afirma que “houve aumento de 20,7% na taxa nacional de homicídios de mulheres, quando a mesma passou de 3,9 para 4,7 mulheres assassinadas por grupo de 100 mil mulheres”.

Ao levantar dados sobre as mulheres negras, verifica-se que “a taxa de homicídios de mulheres não negras teve crescimento de 1,6% entre 2007 e 2017, enquanto a taxa de homicídios de mulheres negras cresceu 29,9%”, representando 66% de todas as mulheres assassinadas no país em 2017.

A apresentação desses dados é apenas para reforçar a necessidade de se dar atenção à luta das mulheres que antes mesmo das conquistas pelo direito à igualdade estão tendo que lutar pela sobrevivência física.

É importante ressaltar que em que pese os números e o quadro apresentado, há emergência de uma grande camada de mulheres jovens que vem oxigenando a política observando o legado das lutas das que antes empunharam as mesmas bandeiras. É um processo de renovação que precisa ser acelerando no PT, principalmente em relação ao exercício dos cargos de representação política.

### **População negra e o combate ao racismo**

Ainda utilizando os dados da pesquisa do Atlas, quando se trabalha com os dados da segurança pública e violência é percebida uma “piora na desigualdade de letalidade racial no Brasil. No período de uma década (2007 a 2017), a taxa de negros cresceu 33,1%, já a de não negros apresentou um pequeno crescimento de 3,3%. Analisando apenas a variação no último ano (2017), enquanto a taxa de mortes de não negros apresentou relativa estabilidade, com redução de 0,3%, a de negros cresceu 7,2%.

A situação da população negra no Brasil devido ao seu histórico de desigualdades, discriminação e crônica falta de proteção do estado brasileiro é a que requer mais cuidado em todas as áreas.

Ou entendemos, como afirmava Florestan Fernandes, que a questão racial é fundamental para se entender e resolver os problemas do Brasil, ou continuaremos a ter o discurso sobre a defesa da população sem assumir o compromisso efetivo com esse tema tão sensível e importante para a construção de um país verdadeiramente democrático.

O PT sempre incorporou o tema da questão racial e do combate ao racismo em seu discurso o que permitiu que a criação de um ministério da igualdade racial e a elaboração de uma série de políticas públicas para a população negra. No entanto, a pequena presença de dirigentes negros nos postos de direção partidária e a utilização das cotas étnicas muitas vezes apenas para cumprir os estatutos, deixa uma dívida impagável para com a militância negra petista, sem contar a escassez de recursos para impulsionar essa luta.

No campo da representação política, o resultado das últimas eleições nos deixa pressionados por duas frentes antagônicas. De um lado, o PSL, partido de Bolsonaro, que elegeu a maior bancada de negros na Câmara dos Deputados e de outro, o PSOL, que elegeu o maior número de negros e negras nos parlamentos.

### **População LGBT**

Soma de uma série de discriminações correlatas, a população LGBTI+ é vítima constante das violências de diversas naturezas. Uma delas é o próprio estado brasileiro que sequer possui mecanismos que apurem dados consistentes sobre a violência sofrida por essa parcela da sociedade. Aliada a essa perspectiva, é preciso lembrar-se do papel do Legislativo Federal em relação aos projetos de LEI que tramitam no Congresso Nacional, que visam garantir cidadania para as LGBTI. Nessa direção, a bancada do PT tem papel fundamental seja no debate, seja no enfrentamento e disputa na narrativa ligada à "chamada ideologia de gênero", mecanismo de desconstrução das identidades de gênero.

Refletir sobre a organização partidária requer compreender a conjuntura global na qual estamos inseridos na tentativa de explicitar as contradições e polêmicas que perpassam as questões identitárias. Um exemplo é que diversas organizações da sociedade civil têm coletado sistematicamente os dados da violência contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, que indicam que o Brasil é campeão mundial em crimes de ódio contra as LGBT. Esses dados confirmam o grau de vulnerabilidade das pessoas transexuais e travestis que são as maiores vítimas da violência e intolerância. A expectativa de vida de uma travesti ou de uma pessoa transexual é de 33 anos em média, quando a população tem expectativa de 63 anos em média. Lembrando que sequer existem estatísticas oficiais sobre essa população.

Ao tipificar a LGBT fobia como crime de racismo, o STF reconheceu as iniquidades sofridas e vividas por essa parcela da população, demonstrando na prática que existe uma lacuna em termos de legislação no Brasil sobre esse tema. Todavia o reconhecimento não garante que a Lei alcance as ruas. Para isso, é necessário investir no debate, nas proposições de políticas públicas e na consideração da luta anti-

homofobia como relevante e importante para a construção de um país plural, democrático e diverso.

É importante que se aprove a cota de no mínimo 10% de representações lgbt nas instâncias partidárias e candidaturas proporcionais do partido, fazendo um gesto para que esta população, tão mirada pelo ódio das ações moralistas do campo conservador-fascista, se reconheça ainda mais no PT como instrumento de organização e representação.

- oriente a sua bancada de parlamentares federais e estaduais a investir compulsoriamente 5% de suas emendas para o orçamento voltado a ações de proteção da vida e promoção da cidadania de lgbt, dando condições para que essas políticas sigam existindo em um contexto de ataque bolsonarista direto contra estas comunidades e seus direitos;

30

7.

## **AS ELEIÇÕES PARA PREFEITOS (AS) E VEREADORES(AS) EM 2020.**

As condições políticas e institucionais atuais do país indicam o nível de conflito e insegurança que marcarão as eleições municipais de 2020. Enfrentaremos de forma ainda mais intensa a desqualificação da política como instrumento de transformação das condições de vida da maioria da população e de fortalecimento da democracia. Os governos de Bolsonaro e as forças de extrema direita que o apoiam buscarão, de todas as formas, atacar os direitos da maioria do povo bem como a soberania do país em benefício do capital financeiro, como já apontado.

A maioria das cidades brasileiras enfrenta situação muito difícil desde o golpe. A política econômica de Michel Temer comprometeu significativamente as finanças dos municípios, especialmente dos pequenos e médios, em função dos efeitos da Emenda Constitucional 95/16. Diminuindo a capacidade de investimento do Estado iniciou-se o desmonte das políticas voltadas à distribuição da renda, à diminuição das desigualdades regionais, à garantia da seguridade social (saúde, previdência e assistência social), à ampliação da infraestrutura, à agricultura familiar, à ampliação das condições de acesso à cultura, à educação, à moradia, ao combate à fome e à miséria.

Depois da eleição, os efeitos da política econômica do governo Bolsonaro, estagnação econômica e desemprego (13 milhões de desempregados e 30 milhões de pessoas em condição de desemprego ou subocupação ou desistência na busca de emprego), associados ao desmonte do Estado e ao ataque aos direitos e as políticas sociais, previstos na Constituição, têm gerado dificuldades imensas de financiamento dos municípios. As políticas de moradia, transporte, tratamento do lixo, saneamento básico e infraestrutura urbana serão paralisadas ou sucateadas. O desmonte da Previdência Social, comprometendo a seguridade social tal qual definida na Constituição, afetará mais de 60 milhões pessoas empobrecendo ainda mais as pequenas e médias cidades, e aumentando as desigualdades regionais. Ao mesmo tempo o desmatamento e a destruição da biodiversidade, a ampliação do uso de agrotóxicos nas plantações, a decorrente contaminação do solo e da água, comprometendo os alimentos e a saúde da população, anunciam o aprofundamento da degradação das condições de vida da população, especialmente dos pobres, nas cidades. O aumento da miséria, dos preconceitos e da violência contra os indígenas, contra a população negra, especialmente os jovens, contra as mulheres, a população LGBT e as crianças tendem

a aumentar tanto quanto a difusão do pensamento reacionário de inspiração fascista. O ambiente social criado por essas ideias e praticas pode alimentar ainda mais as soluções simplistas, reacionárias, autoritárias e fascistas na sociedade.

Nesse contexto, as eleições terão grande importância para denunciar as políticas antipopulares e antinacionais do governo Bolsonaro, mas também e, sobretudo, mostrar que há alternativa ao que está sendo feito. Queremos voltar a governar as cidades para trazer de volta para a maioria da população políticas de fortalecimento do direito à saúde, educação públicas, à moradia e ao transporte com qualidade, distribuição de renda, combate à fome e desenvolvimento urbano.

Vamos recuperar e aperfeiçoar as orientações e ações de nossos governos municipais e estaduais e, especialmente, dos governos Lula e Dilma que mudaram a vida da maioria do povo. Nosso programa deve se inspirar em políticas como o Mais Médicos, o Programa Brasil Sem Miséria, Minha Casa Minha Vida, o fortalecimento da educação pública democrática e de qualidade, entre outros.

O programa de governo para os municípios brasileiros deve desmontar também as falsificações e ataques contra as políticas desenvolvidas em nossos governos. Mas, sobretudo, o processo de construção dos programas deve se constituir em instrumento de mobilização popular e diálogo com diferentes setores da sociedade sobre os problemas que afligem as pessoas nas cidades.

Retomaremos o compromisso com um desenvolvimento econômico, social e cultural sustentável; no qual merecerão destaque a geração de emprego e renda, especialmente depois da reforma trabalhista e o fortalecimento da agricultura familiar. Nossos governos se empenharão em apresentar à sociedade, a articulação de políticas em todas as áreas buscando atender as necessidades distintas, fruto das brutais desigualdades que se expressam nos territórios.

Nosso compromisso será o de apresentar à população, as cidades que queremos construir, nas quais os interesses do grande capital estejam subordinados as necessidades e possibilidades da maioria dos cidadãos, onde o espaço público seja fortalecido e ampliado assim como a organização e a participação da sociedade, especialmente dos trabalhadores, trabalhadoras e setores excluídos. Para garantir o direito às cidades queremos recuperar experiências como a do Orçamento Participativo e fortalecer os conselhos em todas as áreas. Defenderemos, vigorosamente, nas campanhas eleitorais que nossas cidades abriguem a diversidade e o combate a todas as formas de discriminação. Devemos fortalecer políticas de direitos humanos visando a proteção dos idosos e das crianças, a igualdade entre mulheres e homens, a igualdade racial, o combate à homofobia, e a defesa da vida e dos territórios dos povos originários e das populações ribeirinhas.

Nossas campanhas devem apontar caminhos de fortalecimento da articulação entre os municípios em nível nacional e regional. Os consórcios e outros espaços similares podem e devem ser ativados de maneira que se busquem soluções racionais para aumentar a capacidade de financiamento dos municípios, por exemplo: compras conjuntas, formação de funcionários entre outros.

Nas eleições de 2020 não haverá coligação na chapa proporcional o que significa que o número de vereadores e vereadoras eleitos dependerá fundamentalmente do conjunto dos votos em toda a chapa e na legenda do PT. Por essa razão, o partido enfrentará o



desafio de participar das eleições lançando o maior número possível de candidaturas, de mulheres, de negros e negras, de jovens e aquelas que representam a força e o compromisso com as lutas sociais.

Os debates e acordos que acontecerão no processo de montagem da chapa, visando fortalecê-la, bem como os mandatos a serem eleitos, terão muita importância na qualidade e no ânimo da campanha nos municípios. Procuraremos também construir alianças que permitam fortalecer o polo de oposição democrática, comprometido com a defesa dos direitos, da realização da justiça social, e da soberania do Brasil.

A derrota da ultradireita nas próximas eleições é um dos objetivos centrais para construirmos maioria na sociedade e acumularmos forças para retomar o governo do Brasil. Precisamos mais que 30% da preferência popular. Os setores que nos apoiam têm a expectativa de que voltemos a governar o país. Devemos buscar consolidar o apoio das 47 milhões de pessoas que votaram em Fernando Haddad e ir além. Para tanto é preciso manter a coesão da frente de esquerda e centro-esquerda e buscar diferentes setores da sociedade a partir do compromisso e engajamento em lutas concretas em defesa dos direitos sociais e de condições dignas de vida.

A construção de maiorias e frentes na sociedade em defesa da previdência social, da oferta de políticas sociais públicas, do emprego e da renda, da Petrobras, da proteção ao meio ambiente, dos direitos humanos, do estado de direito e da democracia será fundamental para que ocorram deslocamentos políticos de setores democráticos e progressistas que podem se engajar na defesa de temas específicos. Para transformar essa realidade nas eleições de 2020, devemos buscar deslocamentos que favoreçam a vitória das frentes de esquerda e de centro-esquerda nas principais cidades, se possível desde o primeiro turno.

Reafirmamos: é preciso retomar o legado dos governos Lula e Dilma e transformar a campanha em momento de intenso debate sobre os programas e sobre o que queremos para a maioria do povo e para as gerações futuras. Nossas experiências nos governos de Estado e nas Prefeituras serão decisivas para levar às urnas a esperança em 2022.

Nessas eleições o PT buscará combinar a ampliação de seu peso social com a construção de alianças, que ampliem a força e o alcance da esquerda e da oposição democrática no país e fortaleçam nossa capacidade de nos colocarmos e mantermos como alternativa real de poder no Brasil.

O debate sobre os programas eleitorais deve ser firme e fortemente defendido por nós em cada cidade do Brasil. Trata-se de combater as fraudes, as manipulações, as práticas violentas, autoritárias, o abuso do poder econômico e o crescimento do discurso do ódio. Como afirmou o presidente Lula, nas urnas eleitorais lutaremos para depositar esperanças.

## 8.

### **ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA**

No próximo ano, o PT estará completando quarenta anos de fundação. Se forem considerados os mais de quinhentos anos de história do país, pode parecer pouco. No entanto, tratando-se de longevidade de partidos políticos no Brasil e dado o enorme protagonismo que o PT exerceu nessas quatro décadas, é possível afirmar que o partido





marcou profundamente a vida política, social e cultural do país e deu uma dimensão inédita à história da esquerda no Brasil.

Para qualquer partido político e especialmente para o PT, que esteve à frente do governo nacional por quatro vezes e liderou a oposição no restante desse tempo, há uma clara necessidade de atualização do seu projeto para o país, de suas políticas de médio e curto prazo, de suas formas de organização interna e da maneira de se relacionar com a sua base social, com as outras forças progressistas e democráticas e com o conjunto da população. Isso é ainda mais necessário em tempos de grande reestruturação produtiva e inovação tecnológica, que provocam mudanças vertiginosas nas formas de sociabilidade e de comunicação entre as pessoas. E especialmente depois de o PT ter sido ilegalmente derrubado do governo pelo golpe do impeachment, de ter sofrido a mais implacável tentativa de destruição que um partido político já viveu no país, de ver a sua maior liderança perseguida, condenada e presa, de termos perdido as eleições presidenciais de 2018, não obstante o expressivo resultado conquistado e a afirmação da importante liderança nacional de Fernando Haddad.

O fato é que o país vive uma mudança drástica de ciclo político que demanda do PT não só a compreensão do seu significado, mas a tomada de posições que lhe permitam resistir com eficácia ao projeto destrutivo da extrema direita e, ao mesmo tempo, disputar com sucesso a hegemonia democrática na sociedade, tal como apontamos antes. Parte indissociável desses objetivos é repensar e aperfeiçoar a estrutura organizativa do PT, seu funcionamento, sua transparência, sua permeabilidade à influência de seus militantes, filiados e simpatizantes, bem como sua relação com os movimentos sociais, com a intelectualidade, a área jurídica, a área artística, a juventude, entre vários outros setores.

Nessa conjuntura, a questão central que deve orientar o nosso debate organizativo é como conectar de modo mais profundo (e, em muitos casos, reconectar) o partido com as percepções, sentimentos e aspirações dessa ampla e diversificada base social – essa é, inclusive, uma das maiores contribuições que o PT pode dar à defesa das instituições democráticas frente à negação autoritária da política e à estigmatização dos autênticos partidos que está em curso no país. E não há dúvida de que tal reconexão supõe uma reforma interna do PT.

A extrema direita fala em “Nova Política”, mas, na verdade, não há nada mais antigo e viciado que a sua própria política. Tanto no conteúdo como na forma ela reproduz o que existiu e existe de pior nos regimes autoritários ou abertamente ditatoriais dos séculos XX e XXI: a disseminação do ódio, a criação de “inimigos internos”, a violência contra as reivindicações sociais, a militarização da vida civil, o apoio a grupos paramilitares e milícias clandestinas, a mentira oficial, a censura, o uso do Estado para perseguir adversários. Além disso, ela copia sem nenhum pudor as práticas mais nefastas da politicagem tradicional: compra de votos no parlamento, loteamento de cargos no Executivo, um abominável nepotismo. Tudo isso a serviço de um projeto de retrocesso histórico do país, com a brutal radicalização do neoliberalismo, a alienação da soberania nacional, a entrega criminosa do patrimônio público, o desmonte das estruturas democráticas e sociais do Estado, a liquidação das políticas públicas inclusivas e igualitárias. Sem falar na intolerância religiosa e na discriminação racial, de gênero, de orientação sexual, de classe que são reconhecidamente inspiradas em Donald Trump. De próprio mesmo, parece ser apenas o estúpido preconceito contra 58 milhões de nordestinos. Quanto aos “novos” partidos da extrema direita, é o que se

sabe: ausência completa de vida partidária e de democracia interna, nenhuma participação dos filiados, decisões tomadas de fora para dentro e de cima para baixo, a gestão do fundo eleitoral por meio de “laranjas” e por aí vai.

Na verdade, foi o PT, que, ao se insurgir contra a velha cultura das elites, produziu uma nova forma de fazer política no Brasil. Contestando o velho mandonismo, construindo de baixo para cima e da sociedade para o Estado um partido para atuar não apenas nos períodos eleitorais, mas no dia a dia do povo trabalhador. Uma agremiação em que cada integrante tem uma parcela do poder de decisão, em que o funcionamento se dá por instâncias democráticas em todos os níveis e em que a legislação eleitoral e partidária, que deve ser cumprida por razões formais, não é limite para novos experimentos de participação interna. Vencendo as restrições da LOP, Lei Orgânica dos Partidos Políticos, herança do regime militar, o Partido adotou o modelo de decisões coletivas e garantiu aos filiados o direito de escolher livremente os seus dirigentes e, por meio de prévias internas, seus candidatos às eleições. Um partido que nasceu das lutas sociais e delas se alimenta permanentemente, e que busca não somente representar, mas encarnar a vontade de independência política dos trabalhadores e do conjunto das classes populares.

O PT rompeu também com dogmas da esquerda tradicional, construindo uma crítica consistente – e pela esquerda – às experiências do chamado “socialismo real”, afirmando um projeto alternativo de socialismo democrático e libertário, o chamado “Socialismo Petista”. Ao mesmo tempo questionou vários de seus paradigmas de organização e funcionamento, entre eles o “centralismo democrático”, substituindo-o pela discussão de seus membros nas respectivas instâncias partidárias, pela decisão coletiva e pela unidade de ação após a decisão tomada. Abriu-se ainda à existência de tendências internas e proporcionalidade nas direções, expressão da ampla diversidade que caracteriza o PT, com o papel de debater, ideias, elaborar, construir e defender posições no âmbito interno do partido. O que unifica o conjunto dos petistas não é esta ou aquela doutrina ideológica, filosófica ou religiosa – mas o seu programa político de transformações emergenciais e estruturais para o país.

Insurgiu-se também contra as práticas corriqueiras das elites políticas conservadoras no Brasil tais como o fisiologismo, o assistencialismo, o clientelismo, buscando gerar cidadania e inclusão social. Construiu uma denúncia importante da apropriação do Estado brasileiro pelas classes dominantes, pregou e praticou um combate permanente contra a corrupção e em defesa da ética e da transparência na gestão pública.

Na última década, fiel a esse compromisso visceral com a democracia, o PT fez uma nova série de inovações na sua estrutura organizativa. Instituiu, por exemplo, o sistema de cotas nas direções em todos os níveis, ampliando e fortalecendo as secretarias setoriais, para garantir às maiorias sociais e aos segmentos socialmente discriminados os seus direitos dentro do partido: aos negros e negras, à mulheres, à comunidade LGBT, à juventude.

Temos orgulho de ser uma esquerda democrática e libertária e de nossa trajetória fortemente inovadora em matéria de organização interna. Mas é preciso não esquecer que mesmo as organizações mais criativas e transformadoras sofrem os efeitos do tempo e das contradições da vida política, e podem acomodar-se, perder vitalidade e até burocratizar-se. Mesmo uma organização como a nossa, tão ousada e atenta aos

fenômenos emergentes da vida contemporânea, corre o risco de ficar defasada em relação às novas realidades sociais e aos novos desafios da luta política.

Se queremos ser vitoriosos na oposição ao governo Bolsonaro, impedindo que ele consiga implementar o seu projeto de destruição socioeconômica e de regressão civilizatória, precisamos ser capazes de unir os partidos de esquerda e de centro-esquerda e os movimentos sociais e criar, no parlamento e nas ruas, um forte movimento de resistência ao desmonte da economia nacional, do Estado democrático e das políticas públicas de combate à pobreza e de inclusão social, que interessam ao conjunto das classes populares e também às classes médias assalariadas, entre outros setores.

Mas também é necessário criar um movimento mais amplo de oposição, buscando aliança com todos os que acreditam na democracia, indo além do campo da esquerda e da centro-esquerda, para barrar o avanço do Estado Policial, garantir o Estado de Direito e libertar Lula da prisão arbitrária em que se encontra.

### **O período atual exige novas formas de organização para o PT**

Diante desses desafios – e também da necessidade de construir uma alternativa democrática e popular ao governo Bolsonaro, que faça o Brasil retomar o caminho do crescimento econômico sustentado, com soberania nacional, democracia plena e avanço da justiça social – é hora de o PT avaliar a sua organização, as condições e a efetividade da sua militância e das suas direções espalhadas por todo o país.

A crise fez com que muitas pessoas se afastassem e muitas outras se aproximassem de nós. Mexeu no sentimento e na disposição das pessoas em relação à própria política. Há um reconhecimento das grandes realizações dos governos petistas, mas também há muitas dúvidas e incompreensões, inclusive no meio popular. Para superá-las, além das lutas políticas e sociais que já estamos travando em defesa da democracia e dos direitos do povo trabalhador, não há outro caminho senão o diálogo direto da nossa militância com os setores populares, principalmente com os mais pobres e excluídos, com os moradores de periferia, que precisam do Estado para garantir direitos e serviços públicos e sonhar com um futuro melhor. Diálogo que supõe uma renovada presença do partido nos bairros, vilas e comunidades, nos locais de trabalho, nas escolas, fazendo a disputa de ideias e valores com o elitismo, o autoritarismo e o obscurantismo da direita.

Isso significa (re)examinar o modelo e o funcionamento da nossa organização partidária em seus vários aspectos, tanto em âmbito municipal quanto estadual e nacional. Significa, por exemplo, avaliar com seriedade a situação das nossas instâncias de base e das bem como dos setoriais, das bancadas parlamentares, dos governos estaduais e municipais liderados pelo PT. Significa perguntar em que medida essas instâncias estão cumprindo plenamente o seu papel, ou se o seu formato e método de funcionamento deve ser alterado para responder melhor aos desafios atuais do partido e do país. Mas significa também refletir coletivamente sobre a sistemática vigente de financiamento público e de autofinanciamento do partido, assim como dos critérios de destinação de recursos. O mesmo vale para áreas estratégicas do partido, fundamentais para a qualidade e o resultado da nossa atuação coletiva, a exemplo da comunicação (interna e externa) e da formação política.



Além disso, há várias outras questões-chave para a renovação e o fortalecimento do partido que precisam ser atentamente consideradas. Entre elas, a título de exemplo, pode-se destacar:

- Criação de novos espaços de participação interna para militantes, filiados e apoiadores.
- A implementação de um sistema eletrônico de comunicação com o conjunto dos filiados.
- O envolvimento dos filiados e filiadadas, inclusive de pequenos municípios, nas ações cotidianas e nas campanhas políticas gerais do partido.
- A organização dos setoriais nos estados e municípios.
- A definição de uma política específica, do conjunto do partido, para a chamada transição geracional, estimulando a filiação de jovens ao PT e favorecendo a candidaturas de jovens em todos os níveis.

Várias medidas para melhorar a organização do partido podem ser tomadas pela própria Direção Nacional. Outras, segundo as regras do PT, exigem uma reforma estatutária propriamente dita, que deve ser objeto de um congresso específico, convocado para esse fim, com toda a necessária preparação política e técnica. Nesse sentido, propomos que o 7º Congresso convoque um Congresso Extraordinário de Reforma Estatutária para 2021.

